DISTANTES



SÃO PAULO - 14 a 20 de fevereiro

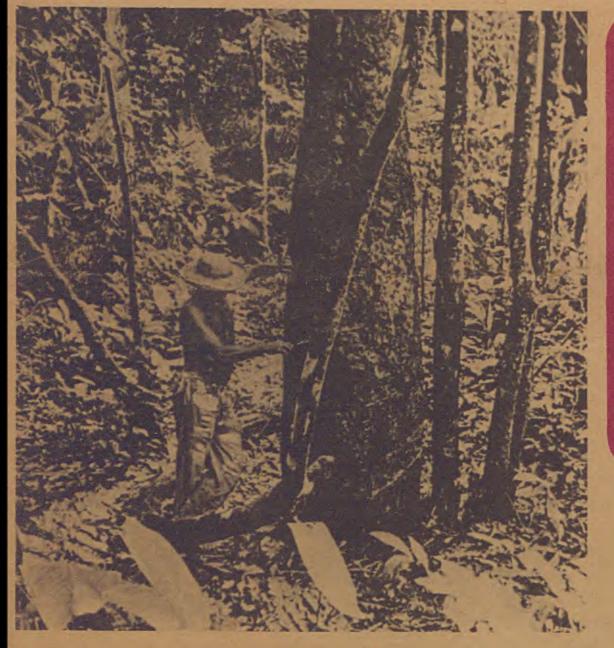
CEMAP_TORNAL_DE. DEPATES_14_4_4_20_16_TEVERSIAD_N_1

ANO XXIII

Nº 1

Cr\$ 2,00

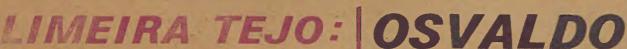
MAO-DE-OBRA BARATA Exportação do húmus da economia



A DOUTRINA TRUMAN:

Germe do terrorismo mundial dos Estados Unidos

APOGEU E DECADÊNCIA DA FUTEBOLCRACIA



Nem se bota os preços na cadeia, nem o diabo vira ermitão

OSVALDO CRUZ:

Ciência e Consciência



HÁ 40 ANOS, HITLER TOMAVA O PODER NA ALEMANHA

Da mesma forma que cada povo tem as instituições políticas que merece, cada regime econômico tem as estatísticas e os técnicos que convêm. Sendo semicapitalistà o nosso sistema de produção, não há necessidade de se quebrar a cabeça com planos de desenvolvimento. Toda preocupação é no sentido de descobrir meios e maneiras de manter o "equilíbrio instável" das relações de uma atrasada organização social. Assim, o problema dos especialistas do Establishment é o de assegurar o constante enriquecimento de uma pequena minoria, procurando evitar - ao mesmo tempo - que a pobreza geral se torne extremamente intolerável, que passe de endêmica a epidêmica.

À política de manutenção do status quo encara o pauperismo como uma fatalidade social e não como um problema que só o desenvolvimento econômico solucionará. Dessa forma, a inflação é uma aliada dos grupos dominantes, não só porque o pretexto de combatê-la frontalmente é usado para lançar cortinas de fumaça sobre os verdadeiros pontos em que a crise tem de ser, àtacada, como também — muito especialmente — porque cria o clima dentro do qual o aumento dos custos de produção serve de "razões"

A nossa infla ção, que é de custos, jamais poderá ser debelada com medidas monetárias, mas através de planos que barateiem a produção. Se não adianta aumentar salários sem elevar, correspondentemente, o nível da produtividade, também não é "econômico" tornar os ricos mais ricos como única maneira — no

pensar do sr. Delfim Neto - de criar recursos

para serem distribuídos.

O ministro da Fazenda confunde, evidentemente, capitalização com concentração de riqueza. Ouviu cantar o galo e teria descoberto onde se esconde a ave se — ao criar os instrumentos destinados a aumentar a renda dos poucos tivesse, também, obrigado o empresariado a reinvestir e reequipar-se de acordo com planos que fizessem os interesses privados concordarem com

O ministro da Fazenda encorajou o empresariado a roubar a mula, pouco se incomodando — embora sabendo — que o povo acabasse pagando pelo furto. Quer, agora, o sr.

Delfim Neto que produtores e comerciantes se contenham no aproveitamento das circunstâncias que ele próprio criou. Fundou o clube dos penebistas a fim de poder apresentar o crescimento do Produto Nacional Bruto como um milagre, esquecido de que concentrar é justamente o contrário de dilatar. Não deu uma só flechada no verdadeiro vilão do drama, que é o primarismo do nosso sistema de produção, nem poderia dar porque — decidido a manter de pé a estrutura de desigualdades do semicapitalismo —

ORDENAÇÃO DO SUBDESENVOLVIMENTO

para se elevar a renda. A remarcação dos preços foi e ainda é — embora dosada — a melhor maneira de fazer um bom negócio.

Manipulando os preços à vontade, beneficiando-se de toda sorte de incentivos, subsídios e créditos — que a revista norte-americana Fortune afirma serem os mais generosos do mundo — os poucos donos dos meios de produção atravessam, como salamandras, a fogueira na qual se queima todo o povo. Naturalmente, não cabem explicações moralistas para o fato de existirem grupos pressionando para que os seus ultrapassados interesses sejam mantidos à tona da corrente da história. Como é da lógica do desenvolvimento espontâneo de todos os sistemas sociais, as nossas minorias dominantes surgiram em vir-

o do progresso coletivo. O que se tem visto, no entanto, é o sr. Delfim Neto embaralhar-se num processo de tentativas, visando ao que se poderia definir como **ordenação do subdesenvolvimento**.

Aumentam ininterruptamente os custos de produção porque o titular das nossas finanças joga xadrez como se o adversário não tivesse peças para movimentar. Então, procura livrar-se dos xeques ao rei jogando a polícia na rua para prender negociantes, na esperança de que a repressão também meta os preços na cadeia. Morde mas sopra em seguida com "conversas ao pé do ouvido" dos empresários, num ingênuo esforço para convencê-los a se tornarem bonzinhos. E enquanto o sr. Delfim Neto corre de Seca a Meca — ora brandindo a espada de fogo, ora apelando para a lábia cívica — os "grandes pequenos problemas" ficam, cada dia, mais irritantes.

só poderia preocupar-se mesmo com a redução dos índices monetários da inflação.

Não estou dizendo que o sr. Delfim Neto está dedilhando a lira, nem vou ao exagero de afirmar que Roma está pegando fogo. Mas, nesta hora, nenhum brasileiro sensato pode ficar tranquilo diante de um processo que levará a nação, irremediavelmente, a dividir-se entre grupos de muito ricos e massas de muito pobres. Paliativos paternalistas já não adiantam ou só adiantariam se aplicados de acordo com planos que previssem — ao ser promovido, compulsória e antieconomicamente, o alargamento da área social dos benefícios da riqueza — a absorção rápida, pelo avanço do sistema, do alto custo das medidas de emergências.

tude de falhas no processo de estruturação da sociedade e só podem sobreviver cultivando essas falhas.

Dessa forma, antes de buscarmos "lenitivos" para os males causados por uma injusta distribuição da renda, temos de ter em mente o seguinte: como a pobreza geral, a riqueza concentrada é um produto do atraso. O que temos a fazer, portanto, é corrigir os defeitos da estrutura, sendo certo — por outro lado — que isso não pode ser feito por meio de "conversas francas" entre o ministro da Fazenda e os que ocupam os pontoschave do sistema. Salta aos olhos do mais bronco observador a inocuidade de qualquer política antiinflacionária baseada em sermões a industriais e puxões de orelhas nos comerciantes.

Desenvolvimento econômico só se pode medir em graus de elevação do nível do bem-estar coletivo, jamais em termos de reservas de dólares que, aliás, se resumem a uma acumulação de contas de exportação não pagas - ou seja: créditos praticamente incobráveis, pois só podem ser honrados com a importação, da nossa parte, de bens que já são produzidos aqui. Para o sr. Delfim Neto, no entanto, "crescer é concentrar": uma definição que agride até o dicionário. Fecha-se, cada vez mais, o circuito da realização da riqueza e quando o ministro se assusta diante de mais uma escalada dos preços — marcos do progressivo empobrecimento geral - sai a apelar ao diabo para que se torne ermitão. Ora, sabemos todos - como aconselha o provérbio - que nem as amizades devem interferir, na hora de fechar negócio, quanto mais a consciência social.

Como a semântica tem as costas largas, pode-se dar de barato que o sr. Delfim Neto — ao estabelecer o princípio segundo o qual "crescer é concentrar" — tenha enunciado, com outras palavras, uma velha regra: capitalizar primeiro, para depois desenvolver. Assim, se essa é a interpretação certa, está na hora de cobrar serviço aos capitais que foram acumulados nas mãos de meia dúzia. Se o ministro da Fazenda não tem planos para obrigar o empresariado a devolver à sociedade os benefícios recebidos — forçando-o a adotar novos, mais avançados, métodos e processos de produção — então levou o tempo todo a lavar cabeça de burro com sabonete francês.

FORTUNE e o Brasil

A coisa não tem, nem de longe, a dimensão que lhe deu O Globo, ao înformar — na sua coluna de "cascatas" — que a revista Fortune dedicou uma edição especial ao Brasil. Com pretensão a ensaio político, é uma dedicação modestíssima que ocupa apenas cinco páginas, se excluirmos o portfolio, no qual é descrita a grande vida que levam, entre nós, os executivos das subsidiárias norte-americanas.

As observações e análises econômicas — feitas en passant — não dão para lavar o peito dos tecnocratas nativos. Estes, no entender do mensário do finado Luce, vivem apelando — na falta de uma "teoria coerente" — para a nossa já mundialmente famosa cleverness: a habilidade que temos para "dar um jeito" de contornar grandes obstáculos.

De acordo com a sabedoria literária dos italianos, o tradutor é quase sempre um

traidor. Mas, levando em conta o espírito da matéria de Fortune a nosso respeito, acreditamos que não estaremos cometendo traição, se dermos ao seu título — How the !Brazilians manage their boom — a seguinte versão: "De como os brasileiros se rebolam para pegar a unha o touro da inflação".

Não há nenhum sinal ostensivo de "matéria paga". Parece, realmente, que não foi com o nosso patrocínio que a revista nos dedicou algumas páginas. No máximo, nos limitamos a inspirar as empresas norte-americanas que são anunciantes ordinárias de Fortune e possuem filiais aqui. Afinal, a grande propaganda — para efeito interno nos Estados Unidos — é a feita em torno das delícias reservadas àqueles a quem os negócios "exilam" num país tropical abençoado por Deus e onde a negra Teresa, sem cabeleira black power, conhece o seu lugar.

Da turma nativa, só o sr. Delfim Neto tem direito a fotografia, na qual aparece com o seu inner circle discutindo meios e maneiras "de meter pequenas e médias empresas no jogo da exportação". Quanto à sua técnica de colocar a economia nos trilhos é definida pela revista como a de um "aparafusamento suave" ou — nos termos em que pomos as coisas — de disciplinação do subdesenvolvimento.

Observa Fortune que a imprensa brasileira engole tudo o que o ministro da Fazenda diz, sem fazer — mesmo construtivamente — a menor crítica aos seus planos. A revista norte-americana, na verdade, generaliza partindo da observação da passividade dos grandes jornais em face das idéias, das decisões e até das informações do sr. Delfim Neto. Nós, por exemplo, analisamos, debatemos, expomos nossas dúvidas e discordâncias. Apenas acontece que, não fazendo parte de uma engrenagem de grupos de pressão — cujo principal instrumento é a programação da publicidade estrangeira — somos uma folha cuja independência de pontos-de-vista não é afetada por interesses comerciais e por negócios que só se realizam traficando influência.

Para Fortune, o sr. Delfim Neto é uma espécie de Kissinger caboclo. Talvez porque ache que esté-se apagando a estrela do foreign policy maker dos Estados Unidos, a prestigiosa publicação afirma - para levar mais longe a comparacão - que o ministro da Fazenda do Brasil já não se sente mais seguro. Aparentemente - é, ainda, a opinião do mensário - enfraqueceu consideravelmente, neste último ano, a posição do titular das nossas finanças. Este, levado por seus próprios planos, teria caído numa armadilha da qual só poderá livrar-se voltando a le cionar na Universidade de São Paulo - o que, atualmente, seria o seu maior deseio. Retornando à cátedra - consola a revista, no final da sua dissertação - poderá desabafar dizendo aos seus alunos que, em economia, não há margem para milagres.

o abolirmos a escravidão, não o fizemos - como no caso norte-americano porque uma situação nova e imperiosa determinou que cessasse tudo o que a antiga musa cantava. Não quebramos os grilhões do negro porque assim o estivesse exigindo o progresso da economia. E nada aconteceu, também, como repercussão da dramática penada de Dona Isabel. Nas plantações de algodão e de café, nas rudimentares fábricas de açúcar, na primitiva mineração, nas fazendas de gado e nos cortumes - por todo o extenso e elementar sistema de produção do País - tudo se passou como num dia de festa que a chuva faz gorar. Não se modificou a situação de menopausa do desenvolvimento brasileiro.

A escravidão era apenas uma "negra mancha" e não um regime de trabalho que se tivesse incompatibilizado com o processo de transformação da economia. Éramos, pela época – e continuamos sendo por muito tempo - um mundo sem capacidade de renovar-se. Não existiam interesses populares numa sociedade sem povo. Os próprios homens de cor que tomaram parte na luta pela libertação dos seus semelhantes fizeramno, apenas, por solidariedade racial e não porque representassem a vanguarda de aspirações coletivas, ou porque - como aconteceu nos Estados Unidos — a sua causa fosse a mesma de novas forças de producão cuio deslanchamento dependesse da demolição das estruturas patriarcalistas.

Com a Abolição, não rebentou uma represa porque as águas tivessem subido demais. Abriu-se apenas um sangradouro que - não passando de porta fingida - criou a ilusão da possibilidade de escape. Milhares de negros foram largados à própria sorte, mas eram pássaros nascidos e criados em gaiola. Tiveram de voltar às antigas prisões grande parte nem chegou a sair delas - para serem vítimas do regime de compensação estabelecido por uma ordem econômica cuja sobrevivência se fundaria no disfarce da escravidão. No braço livre - de aluguel mais barato do que o simples sustento do condenado - estaria a salvação, pelo menos temporária, de um sistema de produção à beira da ruína.

Pela época, ninguém raciocinou nesses termos. Esse raciocínio, na verdade, só poderia ser feito tempos depois, pelo historiador. Naquela ocasião, a idéia dominante era a de que a liberdade do negro destruiria um patrimônio amassado durante séculos e provocaria o caos econômico pela deserção em massa dos trabalhadores. Os campos seriam tomados pelo mato, as fornalhas se apagariam, os armazéns fechariam as portas, as donas-de-casa iriam para a cozinha e - com toda certeza - a vida se tornaria insegura com a proliferação dos salteadores. No rastro da desordem, a obra de vinte gerações viraria pó.

Em última análise, portanto, a Abolição não passou da aplicação de um paliativo que desacelerou o processo da ruína de um sistema já Quando as tradicionais atividades produtoras passaram de não-econômicas para antieconômicas, o braço escravo se tornou mais caro do que a não-de-obra livre. Libertado, o negro se constituiu no núcleo em torno do qual haveria de forma-se a nova estrutura do trabalho e imprimiu a todo o sistema o selo salarial da sua neo-servidão.



Esta mão-de-obra barata é mais cara do que uma esteira mecânica. Sobrevive nal. Mas as multinacionais de exportação farão com que perca o emprego que já é, socialmente, de favor.

tre Livre. O negro foi simplesmente posto na rua, sem outra alternativa do que a de deixar-se reescravizar - e em condições piores do que as do tempo em que tinha um dono. Seus braços eram meros instrumentos de trabalho - como o são as máquinas atuais — e não fatores de produção, como a terra a que estavam chumbados os seus

ferido de morte pela Lei do Ven- pés. E a exploração dessa terra da mesma forma que o regime da sua propriedade – não foi adaptada a novos planos econômicos.

A massa negra libertada se constituiu no núcleo em torno do qual haveria de formar-se a nova estrutura do trabalho. Comprometeu, desde o princípio e até hoje - a ponto de ainda cogitarmos de criar sistemas de produção com base na

barateza da mão-de-obra - o impulso democratizador da economia. Entramos num deslizamento e, presentemente - oitenta e quatro anos depois de havermos libertado o negro – ainda estamos a braços com problemas que deveriam ter sido resolvidos com a promulgação da Lei Áurea, como não nos deixará mentir o Censo de

A Estrutura da Renda

m termos globais, mesmo se descontando o exagero ufanístico das estatísticas inspiradas, o Brasil tem progredido economicamente, desde quando — há cinquenta anos — a indústria começou a substituir as importações. Resta saber, no entanto, se esse crescimento foi socialmente positivo, ou se, simplesmente, provocou um maior enriquecimento dos mais ricos. Não vamos remontar todo o processo, mas limitar a nossa análise ao período compreendido entre os dois últimos recenseamentos.

Ao fornecer-nos elementos para compararmos a situação atual com a que existia em 1960, o derradeiro Censo nos leva à seguinte conclusão: o aumento do Produto Interno Bruto não concorreu para corrigir — num mínimo que fosse — as desiqualdades na distribuição da renda.

Por força da própria natureza do sistema — que nenhum progresso, até hoje, teve força para modificar — ganhou mais ímpeto o processo de concentração da riqueza.

Em 1960, 5% da população detinham' 44% da renda nacional. Passados dez anos, durante os quais a economia se desenvolveu aceleradamente – a ponto de, nos últimos tempos, se ter dado ao fenômeno o caráter de um milagre - engrossou a fatia dos pouquíssimos, que ficaram com 50% do bolo. Pelo escalão inferior do grupamento intermediário - integrado por 15% do povo correu uma brisa mansa, pois os rendimentos da chamada classe média-baixa subiram de 1,5% no período. Já os restantes 80% dos habitantes do País viram a sua participação decrescer de 35 para 27,5%. É o que demonstra o seguinte quadro:

GRUPOS DE RENDA	% DA POPULAÇÃO	% DA 1960	RENDA 1970
Superior	- 1	28	30
Médio-Alto	4	16	20
Médio-Baixo	15	21	22,5
Inferior	80	35	27,5

O aumento de 1,5% na participacão do grupo médio-baixo foi mais do que eliminado pela elevação do custo da vida, que decuplicou entre 1960 e 1970. O crescente deficit dessa grande massa, de 14 milhões de brasileiros, só não tem criado casos explosivos de calamidade pública, porque a sua parte camponesa ainda sob um regime de economia de subsistência - tem podido dar satisfação, domesticamente, às suas necessidades elementares. (Limitando-se ao Nordeste, quando assolado pela seca, os surtos epidêmicos da fome, é possível ao governo correr em ajuda da população). Quanto à porção citadina dessa larga faixa de rendimentos aquém das precisões, mínimas - o grande exército urbano da mão-de-obra primária - vem corrigindo o desequilíbrio por meio do emprego de toda a família, inclusive os membros menores.

O caso, porém, é que a defasagem entre as exigências de conforto mínimo e os meios de atendê-las numa escala de massa - que temos enfrentado com paliativos - se constitui, principalmente, num bloqueio do processo de dilatação de mercado interno, num emperramento do sistema de produção e, em última análise, num fortalecimento das condições que nos aprisionam num círculo vicioso: economia subdesenvolvida em virtude do atraso do povo e povo atrasado por força do subdesenvolvimento da economia.

Os economicamente ativos

Essa situação, pintada com base no total dos habitantes do País — quando os economicamente ativos representam apenas um terço da população — poderá estar destorcida. Estaríamos, assim, em face de uma conclusão a respeito de uma parte, valendo-nos da análise do todo. O fato, no entanto, é que não se suavizam os traços fortes da injustiça na distribuição da renda, se considerarmos unicamente a parcela dos que, pelas estatísticas, criam riqueza. É o que nos informa o seguinte quadro:

GRÚPOS	% DA RENDA
Superior	63,8
Médio-Alto	16,5
Médio-Baixo	11,1
Inferior	8,6

Verifica-se, assim, que a faixa superior da população economicamente ativa detém mais da metade (63,8%) da renda nacional. Já do primeiro para o segundo escalão, a série — organizada com base nos resultados do Censo de 1970 — dá um salto vertical para baixo: verdadeira queda no abismo. Daí em diante, sempre descendo, se desenvolve



através de desníveis menores entre as seções — o que leva à seguinte conclusão: só na área da pobreza é que existe uma menos desarmoniosa distribuição de rendimentos. E evidente, portanto, o fato de vivermos numa sociedade dicotomizada. Mais grave ainda: mantém-se a tendência do processo no sentido de acentuar a divisão da nação entre muito ricos e muito pobres.

O "Per Capita"

As tensões criadas pelo crescimento demográfico - que foi de 25% no período entre os dois últimos Censos - não influíram para modificar a estrutura da distribuição da renda. Os grupos de composição mantiveram a mesma relação proporcional entre eles. Isso na melhor e menos provável das hipóteses, pois o certo mesmo é ter havido um rebaixamento das camadas. De outra forma não se compreende como se tenha elevado de 54% o per capita das faixas mais acima - superior e média-alta quando foi apenas de 3% o aumento bruto dos seus rendimentos. A dedução lógica é a de que menos pessoas passaram a ter maior participação.

Entre 1960 e 1970, apesar de a concentração se ter tornado maior, foi tão grande o aumento absoluto da riqueza que a sua "distribuição estatística" assegurou a elevação do per capita em todos os grupamentos. Com efeito, a renda por pessoa subiu de 42,8% na faixa superior, de 66,6% na média-alta, de 39,8% na média-baixa e de 3,4% na inferior. É o que podemos constatar no seguinte quadro:

GRUPOS	% DA POPULAÇÃO	PER CAPITA (Em Dólares)		DÎFERENÇA
		1960	1970	
Superior Médio-Alto Médio-Baixo Inferior	1 4 15 80	8.400 1.200 429 290	12.000 2.000 600 300	+ 42,8% + 66,6% + 39,8% + 3,4%

No decênio em foco, o per capita geral passou de 425 para 527 dólares - o que representa um crescimento de 40%. Como se vê no quadro acima, em nenhuma das duas pontas da série - 1960 e 1970 - a renda por pessoa de 80% dos brasileiros alcancou a da média nacional. Ainda mais: em termos de rendimentos individuais relativos, aumentou a distância entre a faixa integrada por quatro quintos da população e a ocupada por apenas um vigésimo dos habitantes do País. Essa distância, que era de 3.053 dólares na data do penúltimo recenseamento, passou para 4.506 dez anos depois.

Em 1960, o **per capita** de 80% da população representava 8,67% do atingido pelos 20% restantes. Em

1970, essa proporção baixou para 6,16%. Vê-se, portanto, que a concentração da riqueza não se realizou, apenas, por efeito do aumento da renda de uma pequena minoria, mas também à custa da diminuição da participação da imensa maioria. Assim, confirma-se mais uma vez o velho refrão: os ricos ficam mais ricos e os pobres mais pobres, como vemos no quadro abaixo:

PER CAPITA EM DÓLARES

ANOS % DA POPULAÇÃO DIFERENÇA 20 80

	20	80	
1960	3.343	290	3.053
1970	4.866	300	4.566

Vantagem desvantajosa

A desarmoniosa composição da renda nacional é a resultante de um processo tão velho quanto a própria sociedade brasileira. As desigualdades que, cada dia, mais se acentuam criando problemas que já esgotaram todo o elenco de soluções paliativas - não serão corrigidas enquanto se mantiverem de pé as estruturas econômicas semicapitalistas. Não se pode arrancar maçãs dos galhos de uma laranjeira – e é isto que temos vivido a tentar, desde o momento em que se modificaram, com a industrialização, as premissas das relações de produção.

Toda a massa de rendimentos baixos — os 80% da população com um **per capita** anual de 1.800 cruzeiros — é composta de assalariados de nível mínimo, subempregados e "subsistentes". É o nosso exército de mão-de-obra primária. Longe, porém, de procurarmos criar condi-

ções para que essa imensa força-detrabalho rompa o círculo de ferroem que a aprisiona o atraso da economia, queremos fazer dessa "mancha social" uma vantagem a oferecer aos investidores estrangeiros. É o caso de perguntar: a quem ou a que aproveita uma política de desenvolvimento baseada no aviltamento da paga do trabalhador?

Não é a nação, certamente, que se beneficia com estruturas de produção fundadas no baixo aluguel da força de trabalho. E nem é preciso colocar o problema em termos humanitaristas para se chegar a conclusão de que não é possível continuarmos mantendo um sistema que marginaliza 80% da população economicamente ativa. É do próprio interesse dos grupos dominantes que se expanda o mercado interno — e isso não se conseguirá senão por meio de planos que, elevando

4

Cm 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 CEDEM 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28

nível těcnico das empresas, assegurem uma remuneração justa à mãode-obra e criem condições para o seu constante aperfeiçoamento. Jamais promoveremos o bem-estar coletivo - meta final de qualquer

política de desenvolvimento - fazendo praça, junto a investigadores de fora, do fato de termos braços, mãos e até cérebros que se empregam por dez réis de mel coado.

Economia Extra-Territorial

Estamos procurando atrair capitais estrangeiros - oferecendo mão-de-obra barata - para que fundem, aqui, uma economia extraterritorial, pois a tanto equivale instalar parques de produção cujos resultados se destinam, exclusivamente, à exportação. Prometemos a esses grupos privilégios e regalias que não damos às próprias embaixadas dos outros países, de vez que as representações diplomáticas não têm o direito de lucrar à sombra das suas imunidades fiscais e à custa do nosso atraso.

Ora, só a pequena parte classificada da nossa força-de-trabalho elementos especializados e semiespecializados – poderá interessar às organizações neo-colonialistas que venham a lançar, entre nós, as suas raízes adventícias. Já não é num exército de bestas de carga que as potências industriais se arriman para manter o seu domínio econômico mundial. Passou a hora do coolie, do peão, do fellah e de todas as outras centenas de milhões de párias que povoam as áreas atrasadas, pois são inábeis para a operação da máquina mais elementar. Mesmo nas atividades mais rudimentares, como as extrativas, sairia cara a utilização da mão-deobra primitiva, de vez que - na batalha altamente competitiva pelos mercados externos - o problema dos custos só será resolvido com a adoção de técnicas que aumentem a produtividade.

A grande massa da nossa mãode-obra primária — primitiva, dizendo melhor — não será aproveitada nos empreendimentos econômicos extraterritoriais. Apesar de barata, baratíssima - pois o seusalário médio mensal é de 150 cruzeiros - essa força de trabalho é muito cara em termos de homemhora, se a compararmos com a máquina-hora. Continuará, portanto, no mesmo lugar em que a encontrou o Censo de 1970. Ou melhor: prosseguirá se expandindo, absoluta e proporcionalmente, a escória do sistema de produção. Maior se tornará, ainda, a vileza dos seus salários. Daqui a dez anos, outro recenseamento poderá revelar que aumentou - de 80 para 90% - o "resíduo" da sociedade brasileira.

Além de não dilatar o horizonte econômico e social de quatro quintos da população — a grande massa que não produz ou apenas subproduz, que não consome ou só subconsome - um plano de desenvolvimento fundado no aproveitamento do baixo aluguel da força-detrabalho entorpecerá, ao mesmo tempo, o processo da formação e aperfeiçoamento da mão-de-obra classificada. Realmente, devemos ter em mente - antes de tudo que não serão empresas de escoteiros que virão instalar-se no Brasil atraídas pela vileza dos nossos salários. Não podemos esperar, portanto, que acabem esterilizando a galinha dos ovos de ouro com programas que redundem em melhorias de remuneração. Depois, não podemos esquecer que não será unicamente por frieza calculista que os investidores de fora armarão esquemas para que não desapareça o principal atrativo da sua "participação" o nosso esforço para progredo s. O problema, do lado deles, está relacionado também e principalmente - com o da manutenção do monopólio mundial da tecnologia.

Colonialismo Tecnológico

O colonialismo tecnológico que está partindo, agora, para o "transplante" de indústrias, plantations, complexos de mineração e estabelecimentos pecuários - é apenas uma forma sofisticada da velha dominação global dos trustes. Até ontem, os monopólios internacionais impediam o desenvolvimento das áreas atrasadas por meio de sufocações na base da economia. Hoje, esse poder de limitar se exerce na faixa das conquistas da ciência aplicada. (E-nos dado o direito, por exemplo, de fornecer o campeão mundial de corridas de automóveis, mas jamais se permitirá que sejam criadas as condições para que fabriquemos a máquina).

Atualmente, com a velocidade de produção - automatizada, em muitos casos — está eliminado um dos mais importantes fatores da elevação dos custos finais: o representado pelo dispêndio de tempo na extração, beneficiamento e transporte das matérias-primas.

Também foi tirada, com a "multinacionalização", outra pedra que o truste tinha no sapato: a de não achatar os salários até o ponto de 'esvair o mercado. Produzindo só para exportar, os "adventícios" não se importarão com o fato de o Washington dependerá, no futuro, trabalhador perder, constantemen- do êxito das experiências que se te, poder aquisitivo. Não so ines farão, no Brasil, com o estabelecifornecemos o cigarro (incentivos mento de uma economia extraterfiscais, isenção de impostos, finan-ritorial. Com os nossos vastos espaciamento dos embarques) como, também, o fogo para acendê-lo: baixo aluguel da mão-de-obra. Mais ainda: comprometemo-nos a cuspir pelos fumantes, resolvendo por nossa conta os problemas sociais criados por investimentos para os quais o nosso homem nada vale, a leonismo tecnológico, no seu esfornão ser como fonte de suor ba- co com vistas a evitar que se rom-

as elevadas despesas com o acesso às fontes de matérias-primas que a "marcha da civilização" — tendo esgotado as mais próximas - obrigou à procura em lugares remotos, como a selva amazônica. O próprio custo do transporte a longa distância é absorvido pela alta produtivi-dade das operações finais, além de que a peletização, a desidratação, a frigorificação rápida (quick congelation), o gelo seco e outros processos - que diminuem a tonelagem e a cubagem da carga - fazem com que o frete, mesmo por avião, fique muito mais barato do que o pago, nas eras pré-tecnológicas, pelo escoamento em bruto e in natura.

Uma empresa nacional, sujeita a planos estatais de democratização da economia, pode ser levada a transferir - para a estrutura salarial - parte dos excessivos lucros obtidos com o baixo custo das operações realizadas com técnicas avançadas. Coercitivamente embora pelo menos no princípio - o próprio sistema se encarregaria de elevar o nível do aluguel da forçade-trabalho. Essa exigência não pode ser feita a organizações estrangeiras que se instalam aqui justamente porque lhes escancaramos as portas da casa-da-mãe-joana. Por outro lado, a "multinacionalização" é uma forma de fugir às pressões do interesse social nas socie-

Já não pesam tanto ao sistema dades altamente desenvolvidas, onde a grande massa possui – e usa - poderosos instrumentos políticos de reivindicação. Daí, pois, o transplante de atividades para áreas nas quais as companhias estejam a salvo das tensões salariais a que estão submetidas nos países de ori-

> Incentivando a fundação, no País, de uma economia extraterritorial, estamos possibilitando o retorno da clausura: o poderoso instrumento com que, durante três séculos, a dominação portuguesa nos castrou. Não nos iludamos, portanto, só porque as "multinacionais" estão longe de uma comparação com as sufocações de Dona Maria I. Não irão proibir indústrias nem fechar portas - até as escancararão - mas cerrarão, aos países em desenvolvimento, as portas de acesso ao reino onde se esconde o moderno velocino de ouro. É certo que, como o velho imperialismo econômico e a sua "inspiração" — o napoleonismo político - o bonapartismo tecnológico será, um dia, ultrapassado. Com o tempo, porém - se nós, os atrasados, o proporcionarmos outras fórmulas de dominação surgirão, até com base no monopólio da ciência espacial. (Os caixeirosviajantes dos satélites de comunicacões - como Von Braun - já estão aparecendo por aqui.)

Exportação de Húmus



Já o disse o presidente Nixon: a América Latina se inclinará para o lado que pender o Brasil. O hóspede da Casa Branca fez essa afirmação sem sair dos estreitos limites do "quintal" dos Estados Unidos e sem descer da superfície política de um fenômeno que é universal isto é: histórico e não apenas ideológico, de estruturação de uma sociedade de todos os povos e não somente de conjuntura internacio-

presidente norte-americano poderia ter dito, sem medo de passar por um alucinado - valendo-se. naturalmente, dos eufemismos habituais - que o poder mundial de ços, a variedade e o volume dos nossos recursos naturais e, sobretudo, com as nossas inesgotáveis fontes de mão-de-obra barata, somos em todo o planeta – o país que oferece as melhores condições para servir de cabeça-de-ponte ao napopa o equilíbrio da divisão do trabalho legada pelo imperialismo econômico.

Olhadas as coisas desse ângulo, a declaração de Nixon foi quase uma platitude, de vez que a experiência com a "multinacionalização" das atividades econômicas, no Brasil, poderá abrir caminho para a implantação de um sistema científico de dominação mundial. Mas, mesmo que não nos interessem as consequências universais dessa experiência com a nossa riqueza natural e a nossa pobreza humana - e é lógico que enfrentemos os nossos problemas próprios, antes de nos preocuparmos com os dos outros não podemos fechar os olhos às tentativas para que repitamos, no campo social, os erros cometidos durante a longa fase da monocultura agrícola.

Há anos, alarmado com a ilusão da barateza da produção das nossas lavouras - principalmente a do café - um agrônomo chamou a atenção para o fato de estarmos, simplesmente, exportando o hú-mus da terra. Não tendo sido ouvido, extensas áreas de plantação se transformaram em desertos, cuia recuperação está nos custando, hoie, muito mais do que os benefícios obtidos com o aproveitamento irracional - na verdade, predatório - da fertilidade natural dos cam-

Com a implantação de empresas que funcionarão, exclusivamente, em função dos mercados externos e com base na barateza da nossa mão-de-obra, acabaremos exportando o húmus da economia. A sociedade - não mais apenas a terra -



Há trinta anos, quando as crises ainda se formavam lentamente e explodiam a largos intervalos, bastava uma "festa do povo" por ano como o Carnaval — para fazer com que a grande massa esquecesse os seus problemas e, sobretudo, não chegasse a descobrir que os grupos dominantes não tinham o menor interesse em resolvê-los.

Foi a partir da aceleração do processo inflacionario, após a dilapidação dos créditos que havíamos acumulado no exterior - durante a Segunda Guerra Mundial - que se tornou imperioso multiplicar, no mesmo ritmo com que aumentavam as vicissitudes gerais, os impactos emocionais coletivos. E só havia uma "mania" popular da qual poderia valer-se o Estabelecimento para opiar constantemente as multidões: a do futebol.

Então, da noite para o dia, foram construídos estádios colossais pelo País afora, numa demonstração de que não era por falta de dinheiro, capacidade de trabalho e entusiasmo que empreendimentos essenciais ao desenvolvimento nacional morriam sempre no papel ou - quando saíam dos cartapácios e das pranchetas - viraram obra de Santa Engrácia. Tão grandiosas se levantaram essas praças de esporte que, logo, ganharam apelidos aumentativos: Ferreirão, Mineirão, Tartarugão, Olímpico, Gigante do Beira-Rio. Cidades com deficiência de abastecimento dágua, com precário sistema de esgotos, com hospitais estourados e escolas congestionadas edificaram campos de futebol numa dimensão tal que, só lá para o ano 2.000, terão população para lotá-los.

Por fim, o grande desenvolvimento dos meios de comunicação que tanto concorreu, a principio, para "abrir os olhos do povo" - acabou fornecendo as armas aos que lutam pela preservação de estruturas já historicamente condenadas. Com a sua fantástica capacidade de opiar e condicionar multidões inteiras, o seu tremendo poder de desviar a atenção coletiva dos problemas que o Sistema não poderá resolver a não ser se trans-

formando, a televisão - propagando ideais inferiores e fabricando heróis grosseiros - findou justapondo à sociedade brasileira, exdruxulamente, um novo regime: a

Ninguém, praticamente, é levado a saber dos feitos daqueles que engrandeceram e engrandecem o País com a sua inteligência, a sua sabedoria, o seu espírito público, a sua capacidade de trabalho, o seu poder criador, o seu senso social da iniciativa econômica. Mas, quando um jogador de futebol faz o seu milésimo gol, dá-se a essa façanha - de mais valor aritmético do que esportivo - a dimensão de uma conquista nacional. O gigante de barro com pés dourados é condecorado pelo governo, exaltado em discursos no Congresso, convidado a tomar chá na Academia de Letras e a transar com as Bonecas do Café Society: essa decadente instituição dos convidados permanentes ao festim de Baltazar. O deus muscular recebe o título de Rei e ganha uma coroa cafona cujo alto preço é indicado em dólares, a fim de dar à honraria o cunho de uma consagração internacional e, dessa forma, melhor embasbacar a turba ignara dos estádios. Finalmente, é apontado à juventude como cidadão-padrão e anjo-da-guarda das criancinhas, levando os moços à estúpida crença de que, no Brasil, só o chute eleva o homem.

O incensamento propagandístico dos heróis boçais, para os quais numa observação de Álvaro Moreyra – a cabeça é, apenas, o "terceiro pé", cegou o grosso do povo para o exemplo dos verdadeiros grandes vultos do Brasil. As próprias elites perderam o senso da medida do mérito pessoal e profissional, passando a ser promocional para um cirurgião, um escritor, um banqueiro, um industrial, um jornalista, um engenheiro, um professor universitário, um jurista, um sacerdote, um artista, um governante – ser apontado, nas crônicas mundanas, como um torcedor

Foi tão forte o impacto dessa, transformaram uma derrota numa

10

exaltação da vulgaridade, que se tornou corrente em todos os meios - inclusive nos que são tidos como superiores - a convicção de que o "bom de bola" tem feito mais para nos tornarmos conhecidos no estrangeiro do que todos os nossos embaixadores juntos, havendo mesmo quem afirme que o milésimo gol do rei do chute nos deu uma projeção internacional maior do que nos daria, por exemplo, o fato de um brasileiro receber o Prêmio Nobel. De tal maneira foi subvertida a nossa escala de valores - tão mesquinha se tornou a nossa noção de grandeza - que só chegamos à conclusão de que ninguém segura este País depois de nos havermos sagrado tricampeões mundiais de futebol!

Não há quem diga na imprensa, na televisão, no rádio -- ou em cartazes, filmes e slogans - que o País vai para a frente perque há milhares de homens fabrica do navios, automóveis, máquin mentas e mesmo sabonetes, alguns editoriais ilegíveis é chama da a atenção coletiva para os problemas dos que, todos os anos, entregam metade das safras ao gorgulho, aos ratos e às deficiências do escoamento, mas que - impedindo, realmente, que amarrem o Brasil - continuam plantando e co-Ihendo. Estaríamos marcando passo de há muito, se não pudéssemos contar - à margem de qualquer reconhecimento do Estabelecimento - com os que dirigem caminhões, barcos, aviões e trens, operam portos e campos de pouso, instalam e acionam centrais elétricas, constroem estradas, barragens, silos e armazéns, vacinam, saneiam, ensinam, preparam-se nas escolas, pesquisam, planejam, projetam, investem ou lutam contra a desintegração de tocaia nos espaços vazios do imenso território.

Além disso, como não saíram da multidão dos estádios os trinta mil heróis anônimos que morreram assentando os trágicos trilhos da Madeira-Mamoré – ou os fibras-de-"doente" deste ou daquele clube. aço que, na Retirada da Laguna,

20

CEDEM 16

epopéia - não há, na televisão, quem tenha a iniciativa de fazer com os seus feitos um espetáculo para o povo. Como, também, não se pode dizer que Rondon foi um torcedor "doente" do Flamengo — nem Osvaldo Cruz, Rebouças, Mauá, Rio Branco, Euclides da Cunha, Delmiro Gouveia, Couto de Magalhães, Plácido de Castro, Alberto Torres, Bernardo Saião, Capistrano de Abreu, José Bonifácio, Roquete Pinto, Anchieta, Rui Barbosa, Padre Roma, Bartolomeu de Gusmão, Frei Caneca, Santos Dumont - as suas obras e as suas figuras não são recordadas nem mesmo para encher lingüiça nas enervantes maratonas dos domin-

Estes, sim, são os que fizeram e fazem com que ninguém segure este País. Como, porém, os seus feitos e as suas vidas não servem para opiar multidões, o Estabelecimento não lhes dá o menor valor publicitário. Os ditadores da comunicação instantânea e global só se preocupam com fabricar reis de papelão, preferentemente nus. Com a ordinária e suada camisa de um jogador de futebol engazopam mais facilmente do que aquele costumeiro impostor que - para fazer com que o despido monarca fosse visto. pomposamente trajado à frente do cortejo - teve de imaginar e descrever um suntuoso manto bordado a ouro, com aplicações de pedras preciosas representando todos os peixinhos do mar, todas as flores da terra, todos os pássaros e estrelas do céu. Os futebolcratas foram mesmo mais longe do que os imperadores romanos. Só com circo, sem pão nenhum - no máximo com pedaços de bacalhau e pacotes de banha que o Velho Pa-Ihaço lança à disputa do seu psicodélico auditório - conseguem estupidificar o povo.

A Futebolcracia, no entanto, entrou num processo de decadência preciso instante em que o Brasil levantou o troféu nos campos do México. E isso ocorreu não somente porque a toda vitória final se segue, fatalmente, o relaxamento do poder-da-vontade que a constrói - parecendo, mesmo, que os louros são conquistados unicamente para se dormir sobre eles como, também, porque terminou o suspense em que viveu a grande

massa, durante os quarenta anos que levou a batalha pela Taça Jules Rimet. Quer dizer, acabou a longa guerra e não é possível criar, da noite para o dia, outro sofrimento de igual intensidade.

De outra parte, quando nos sagramos tricampeões mundiais de futebol, já estava morrendo o rei ao qual se atribuiu, de maneira exclusiva - e por outras razões, nada esportivas - o mérito pelo triunfo alcançado. (João Saldanha caiu do cavalo, como "técnico" da seleção, por não querer arriscar uma derrota escalando Pelé só para satisfazer aos profiteurs da exibição de uma vaca sagrada). Hoje, apesar de o grande astro do pontapé não ter mais firmeza para sustentar na cabeça a pesada coroa - de vez que a ingrata velhice chega cedo para os que se sentam nessa espécie de trono - continua a campanha de empolgação, a ponto de a sua presença no gramado só se fazer mediante o pagamento de um cachê extra, de 10.000 cruzeiros. Não é mais como bom-de-bola e, sim, como bicho raro que calça as chutei-

A fama de Pelé sobreviveu à carreira porque a sua glória se transformou num alto investimento da publicidade comercial. É esta, com as suas artes de tirar leite de vaca morta, que mantém o esplendor do sol no ocaso como se fosse meio-dia em ponto. A fim de evitar uma queda violenta do faturamento de anúncios foi prolongado um reinado futebolístico além dos limites traçados pelo desgaste físico, que é rápido nessa atividade esportiva. Foram sufocadas, então, todas as novas vocações para esse tipo de realeza e, com isso, o Estabelecimento perdeu muito da sua capacidade de drogar o povo impingindo-lhe mitos de circo. (O de Fittipaldi é aristocrático e os seus feitos repercutem através do noticiário estrangeiro. E os vídeo-tapes ainda não chegaram à perfeição de transmitir integralmente as emocões que os espetáculos provocam

A principal estrela da propaganda futebolcrática está mancando em cena e não existe outra, da mesma estatura promocional, para

botar imediatamente no seu lugar. Além disso, são brancos - ou embranquecidos - quase todos os que a Máquina permitiu que chegassem junto ao trono. Pelo menos, já não são tão escuros os "maleáveis", enquanto os pretos bons-de-bola com direito à sucessão de Pelé - como Paulo César têm personalidade demais para o gosto do Estabelecimento. Está criado o impasse porque tem de ser negro o rei do chute. Senão, como convencer a grande massa marginalizada dos mestiços de que somos uma sociedade aberta? Aliás, se formos dar crédito aos "arianistas", ou se levarmos em conta o fato de se ter valorizado a profissão esportiva, já se está tornando inútil o esforço para mantermos a imagem de uma "democracia racial"

Com efeito, uma amostra organizada com fotografias dos nossos times - principalmente dos selecionados nacionais — confirmaria, à primeira vista, a tese de alguns sociólogos sobre o embranquecimento progressivo da população do País. Realmente, esses retratos poderiam provar que - nos últimos trinta anos - clareou a pele do brasileiro de "baixa extração", pois revelam uma gradativa diminuição do negro nas equipes. Naturalmente, o fenômeno não é tão simples que possa ser explicado à luz das consequências da miscigenação. Será mais correto afirmar que os jogadores de futebol se tornaram menos escuros porque a prática desse esporte, passando a ser uma atividade altamente remunerada, começou a atrair os elementos socialmente melhor classificados - o que, no Brasil, significa sempre "mais brancos"

Nenhum rei de futebol pode ficar no trono mais tempo do que o permite a elasticidade das suas pernas — e estas envelhecem rapidamente. E nenhum reinado desse tipo pode ser prolongado até o ponto de emperrar o processo da renovação dos valores esportivos. De outra parte, uma mesma Mitologia não serve para todas as épocas — e o Estabelecimento não se deu conta de que, para continuar drogando o povo, teria de criar novas formas de ministrar o ópio. Em termos de psicologia coletiva, não há mania que possa ser exagerada até que se converta num vício incurável.

Assim, a Futebolcracia acabou matando o futebol e — como ficou provado com a realização da Minicopa — não há injeção de adrenalina que o revigore. E o Campeonato Nacional deste ano — cheio de partidas empatadas e estádios vazios — leva à conclusão a que já chegaram os próprios mitologistas do pontapé: começaram a se dissi-

par os excelentes resultados obtidos pelo esforço de condicionamento com base na conquista da Taça Jules Rimet. Enviar Pelé de embaixador num país africano — como já está sugerindo a grande imprensa — é a última cartada do Estabelecimento. Mas nunca chegará a derrubar multidões, como a encenação do "milésimo gol".

Pode ser que comecemos, agora, a construir escolas e hospitais, em vez de estádios grandiosos. Afinal, moscas não pagam entrada, nem é preciso fazer com que fumem ópio.



O Rei do Chute representa a mesma concessão que, nos tempos da escravatura, o Estabelecimento fazia com a coroação do Rei do Congado.

Hotéis Comodoro

Supremos na arte de hospedar

São Paulo:

Av. Duque de Caxias, 525 — Tel. 220.1211. 136 apartamentos. Todos de frente. Geladeira. TV. "Convention Hall". Três bares. Restaurante. Copa 24 horas por dia.

Santos:

Praia do Gonzaga. Rua Jorge Tibiriçá, 44 — Tel. 4.0785.

Apartamentos para temporada e fins de semana. Todos de frente. Restaurante, geladeira e TV.









Mundial, os Estados Unidos surgiram como a nação mais rica do planeta. A capitalização, feita durante o conflito, deu para custear um decênio inteiro da mais alucinante prosperidade. Naturalmente - pois a história nada dá de gra- quela ocasião, que o chefão Penderca – o povo norte-americano não saiu do inferno diretamente para o paraíso. Pagou um alto preço social pela transferência.

Ao se calarem os canhões na Europa, naquele outono de 1918, caíram vertiginosamente as cotações dos produtos agrícolas, desesperando os lavradores que - em massa - correram para as cidades, como se estivessem fugindo de um cataclismo. E, com a intempestiva diminuição do ritmo do trabalho nas fábricas — as quais não tinham mais extraordinárias e urgentes necessidades bélicas a satisfazer — uma onda de desemprego varreu o país.

Os soldados voltaram dos campos de batalha para venderem maçãs na rua, de vez que as suas antigas colocações estavam preenchidas e não se haviam aberto novas frentes de ocupação. Certo capitão de artilharia, já com 35 anos de idade e de nome Harry Truman, regressou para um tal vácuo de oportunidades que – para não adiar mais um velho projeto de casamento com a namorada da escola - pôs de lado a sua humanidade, nenhum déspota recevocação de fazendeiro e abriu uma beu homenagem maior ao fechar os lojinha de camisas e cuecas, com olhos na cama.

erminada a Primeira Guerra dinheiro emprestado por um amigo | idéia básica da ordem - niveladora por

Faliu logo depois e se meteu na política pela mesma razão que o havia levado a tornar-se haberdasher: precisava de um meio de vida. Ninguém poderia prever, nagast - ao dar um emprego a Truman – estava tomando uma decisão no plano da história universal: a de abrir as portas do poder ao homem que jogaria a primeira bomba atômica. Só Cassandra, naquele momento, poderia fazer uma advertência. Mas, quem iria levá-la a sério, se os deuses só lhe deram o dom de adivinhar com a condição de nunca se dar crédito às suas profecias? Mas inacreditável seria, sobretudo, se um psicólogo futurologista prevenisse contra o fato de se estar colocando Babbitt — a síntese do homem comum norte-americano - na senda do cesarismo.

Morreu o homem a quem chegaram a chamar de Napoléon-le-Petit. No mesmo momento em que o seu corpo baixava à sepultura, milhares de toneladas de bombas matavam velhos, mulheres e criancas no Vietnã, destruindo hospitais, escolas, diques, matas e campos agrícolas, numa ação terrorista que tem na Doutrina Truman o seu respaldo ideológico. Em toda a história da

Babbitt no poder

zido pela civilização dos Estados Unidos. Foi uma tentativa de personalidade da qual só sobrou a vulgaridade do imaturo. Quem, hoje, quiser ver o que dele resta, não o procure na Main Street, pois não é mais uma síntese da alma do povo como nos tempos da Prosperidade - mas um falso informal que, bebendo água nos almoços do Rotary Club, canta como se fosse um alemão bêbedo das rodas do sábado na cervejaria.

Cobriu-o de ridículo a irreverência intelectual da época porque - numa sociedade que a prosperity dissolvia - era Babbitt o último e mais resistente valor a ser destruído. A história o lançou como uma ponte entre duas fases de uma das maiores experiências políticas de todos os tempos - como a do estabelecimento de uma ordem humana para o homem dando-lhe a missão de projetar no futuro o que, vindo do passado, continuava váli-

Sua policrômica gravata foi menos um atestado de mau gosto do que a manifestação da sua subconsciente intenção de diferenciar-se, de resistir à tirania despersonalizadora da padronização industrial. Nele, transformou-se em vulgar cordialidade o velho sentimento de solidariedade paroquial, eivado de intolerância religiosa e arrogância racista. Suas apressadas leituras de almanaque em busca de conhecimentos gerais, seus cursos por correspondência e seu desejo ingênuo de "saber conversar" revelam uma preocupação de desenvolvimento intelectual: o reconhecimento, pelo menos, da necessidade de o último estadista norte-americano de gran- os quarenta anos, nunca soube realmente indivíduo instruir-se.

da Prosperidade - se tivesse alcançado o dos menos representativos presidentes da nos cafés - também era conhecido na estágio do homem acabado - nenhum República, desde Lincoln. As soluções zona como o lavrador que traçava na Açoite de Deus se hospedaria na Casa que trouxe foram as que somente uma terra, com o arado, os sulcos mais firmes Branca e as modernas patas dos cavalos de "revolução aristocrática" poderia propor. e mais retos. Casou muito tarde e veio a Átila não esterilizariam a terra, nem a Criando categorias sociais de necessidades ser pai na idade em que os seus conterrâeletrônica dos hunos desfolharia as flores- e obrigações, seu governo contrariou a neos, em geral, estavam perto de ser avós.

Embora embrionário, Babbitt foi o tas do Vietnã ou queimaria, com napalm, mais genuíno "caráter nacional" já produ- populações inteiras no outro lado do mundo. O fato é que se Babbitt tivesse sido, apenas, a figura criada por Sinclair Lewis, não teria levado tantos ovos podres. Se fosse tão caricato quanto nos foi apresentado, não haveria razão para passeá-lo enjaulado, como um monstro, por todas as avenidas da irreverência popular. A grandeza da campanha para enxovalhálo dá bem a medida da sua estatura, pois não se gasta tanta cera com defunto ruim.

Babbitt não era nenhum gigante, da marca dos aventureiros que semearam vulcões na paisagem primária dos Estados Unidos: tycoons, pioneiros, bandidos. Também não tinha qualquer parentesco histórico com os grandes vultos da era escravagista - a fina flor da "classe ociosa" de Veblen - os quais, de origem e comportamento culturais europeus, só tinham ligações "de razão" com o novo mundo que se estava criando. Sucumbiú porque ainda não havia clima para que o idealismo terra-terra se desenvolvesse termos de consciência coletiva. Foi enterrado sob os escombros da Bolsa de Nova lorque, quando os ponteiros do relógio se encontraram na hora do meiodia daquela terça-feira negra de outubro de 1929. E só ressurgiu como um Sancho Pança, ao aparecer o rei que as ras passa-

Antevéspera

Franklin Roosevelt talvez tenha sido o de estilo. Apesar de haver sido, inegavel- o que queria e se andou tocando piano -Se não tivesse sucumbido no tremedal mente, o homem para o momento, foi pensando num emprego nos cinemas e

excelência - fundada pela história do

Embora providencial, a salvação rooseveltiana é a fase menos americana da existência nacional, cujo pêndulo oscila entre a aventura frenética e o desespero da derrota: de Vanderbilt a Al Capone. Só no dia em que diminuir a seção do arco que descreve é que se definirá a zona de valores médios do babbittismo. Como a Torre de Pisa, a sociedade poderá desviarsem ruir - para um lado ou para outro, pois a perpendicular do centro de gravidade cairá sempre dentro da base de sustentação. Roosevelt no entanto não restringiu a curva da oscilação pendular. Simplesmente deteve o movimento no vértice da parábola invertida. Quando o mecanismo voltasse a caminhar, soaria novamente a hora de Babbitt que - como na encarnação passada - iria, outra vez,

Foi, entretanto, por simples acaso que Babbitt veio a desempenhar o papel de nomem do destino. Na verdade, foi escohido vários anos antes de a história colocá-lo na posição de, com o simples apertar de um botão, apresentar ao mundo um espetáculo de destruição do qual - até então - só as mais velhas mitologias nos davam notícia. Era um pequeno comerciante falido que, por experiência própria. tinha descoberto que não se vende camisas quando cai o preco do trigo. E quem bateu à sua porta com um convite para ngressar na vida pública não foi uma comissão de respeitáveis interessados em reformar o mundo, mas um agente de Pendergast: um dos mais corruptos donos da máquina eleitoral norte-americana.

O Indeciso

Harry Truman era um realista, embora babbittianamente honesto. Tinha dívidas que levaria quinze anos para pagar. O emprego que, então, estava ao seu alcance era o de corretor de seguros num meio e numa época em que 25% dos fazendeiros haviam perdido as suas terras. Sabia que só seria eleito iuiz distrital se contasse com o apoio dos donos dos saloons. Aceitou a fatalidade de meter o pé na lama para poder sair da floresta dentro da qual se encontrava perdido.

Homem do centro-oeste, nasceu e viveu na "fronteira do meio", na encruzilhada dos caminhos que iam e vinham de um canto a outro do País, levando e trazendo esperancas e derrotas. Nunca pode saber, precisamente, em que lado nascia o sol: se por trás dos bancos e das indústrias da costa leste, ou se - como afirmavam os aventureiros - entre as Montanhas Rochosas e o Pacífico. Viu multidões vadeando o velho rio da sua infância, sem atinar se fugiam - como bichos - de uma selva incendiada ou se corriam para apanhar o maná que, como rezavam as notícias, estava caindo dos céus sobre desertos e serras do far-west. Ouvira falar, também, dos crimes, dos lupanares e das casas de tavolagem de Kansas City: a grande cidade próxima que, por estar no entroncamento das tumúltuosas andancas, crescera - nas palavras dos sermões dominicais - como um antro da perdição.

Pelas plagas da aventura e da cobiça farejando pelas estradas da sorte - também andou aquele que seria um "inesperado" dirigente supremo do Pais. Mas nao abriu, nos presumíveis campos de petróleo, uma só ferida de onde jorrasse o miraculoso pus-da-terra, regressando para o seu longo compasso de indecisão. Até

Na hora em que Truman baixava à sepultura, milhares de toneladas de bomba explodiam sobre as populações civis do Vietnã do Norte. Teve, assim, a "salva" que merecia como formulador da doutrina que gerou um dos mais hediondos terrorismos militares de todos os tempos.



CEDEM

A Mula do Missouri

Foi muito mais do que coincidência que, num momento decisivo - com a guerra no Pacífico ameaçando prolongarse por mais dez anos - o lugar de Roosevelt tenha vindo a ser ocupado por um homem da encruzilhada histórica do País: geograficamente colocado no ponto morto de tensões opostas, socialmente indefinido sob a pressão das mudanças que se operavam, rápidas, no organismo de uma nação que crescia. Mandou jogar a bomba atômica com a mesma consciência pragmática dos que, na sua velha fronteira, optavam pelo mal menor em nome do bem maior. Sem traquejo para o alto posto - uma

espécie de Maria Borralheira política seu comportamento inicial foi o de um simples funcionário respondendo pelo expediente. A nação, habituada a ver um cionais líder - quando voltava os olhos para Washington - não se conformava em ser dirigida por um Mané Caroço. Truman se crise doméstica atingia o turning point, tornou hóspede da Casa Branca ao fim de pois já se havia prolongado mais do que a uma guerra que conduziria a uma paz difícil, mas as rãs não estavam pedindo um rei para acabar com as suas vicissitudes domésticas. As restrições e o racionamento, durante a conflagração, haviam ajuntado anos de salários e lucros não gastos. O povo voltava ao gozo da sua maior e, possivelmente, única liberdade: a nação, no entanto, não estava preparada de comprar.

Enquanto os depósitos bancários caíssem abaixo da linha de segurança, cialmente, uma razão para o sacrifício com um lápis vermelho. ninguém se daria ao trabalho de meditar sobre o fato de o dólar se haver transformado numa moeda de cinquenta centavos, comparado com o de 1939. Todas as circunstâncias eram, pois, a favor de um homem como Truman: um presidente que não tivesse personalidade, que não quebrasse a cabeca com problemas de uma felicidade que - pelo menos aparentemente - já estava sendo gozada.

Entre os seus correligionários, acostumados à ascendência pessoal de Roosevelt, não havia vocações para servir a quem não tinha - ou se supunha não ter - qualidades de mando. Intelectuais bri-Ihantes, que haviam formado no círculo da administração rooseveltiana, achavamno ignorante demais para com ele se reunir e formular planos, estabelecer políticas. "Regulares" do Partido, com projeção nacional - como Henry Wallace sentiam-se roubados em sua chance.

De outra parte, os adversários - descobrindo nele o calcanhar-de-aquiles do situacionismo - alcunharam-no de Napoléon-le-Petit, inepto e estúpido, numa campanha de descrédito em que até a humildade de um pequeno negócio se tornou pejorativa. Do que outros podiam orgulhar-se, Truman foi levado a envergonhar-se, pois – pela primeira vez na moderna história dos Estados Unidos – uma profissão se tornou um estigma: a de haberdasher (lojista de camisas e cuecas).

Como Babbitt, quase trinta anos antes. foi escorraçado, avacalhado e até insultado. (Um cronista mundano, ao anunciar o os sapatos que deixaram de ser calcados, casamento da sua filha, disse estar sur- nem todas as roupas que não puderam ser velt que a CIA faz diplomaci, secreta e as preendido, pois não sabia que ela estava vestidas durante o longo período de um empresas multinacionais se a ogam direigrávida). Apontaram-no como um apro- severo racionamento. Além disso, os bens tos de extraterritorialidade econômica veitador da morte de Roosevelt, mas os duráveis só vieram a ser apresentados em nos países subdesenvolvidos. milhares que o escarneceram não sabiam novos modelos três anos após o armistício que Truman era tão teimoso quanto uma com o Japão. mula do seu Missouri.

A Eleição "Perdida"

seus interesses e necessidades, Por outro lado, as forças tradicionais não tinham capacidade para, sequer, manter a situa-No deslizando. Outra era a conjuntura, depois da guerra, tornando-se impossível tomar decisões nos termos da velha discussão doméstica. Nem mesmo o New Deal poderia ser retomado, pois a sua experiência já estava esgotada antes de Pearl Harbour

Realmente, o País estava na iminência de ser partido ao meio quando a agressão japonesa o uniu. Subia já a dez milhões o número de desempregados e a economia estava salpicada de áreas mortas. Ao caírem as bombas nipônicas no Havaí, o esforço keynesista de Roosevelt estava atingindo o ponto de saturação, com muitos buracos ainda por abrir e muito pouca terra com que tapá-los novamente. O plano foi salvo pelo gongo da mobilização militar que "deu trabalho" à grande massa dos desocupados, além de que - com os plenos poderes conferidos pela emergência bélica — o governo passou a agir no clima cívico adequado a soluções excep-

Os Estados Unidos foram arrastados à última conflagração mundial quando a prevista nos cálculos de Keynes. Deixara de ser um problema cíclico - enfrentável com medidas de emergência - para revelar-se como realmente era: um debilitamento das estruturas. Só com um rígido planejamento se poderia restabelecer o ritmo do desenvolvimento econômico. A para aceitar uma intervenção estatal incompatível com a sua filosofia política, "estufados" ao longo do conflito - não Foi a luta armada que forneceu, providen-

Ao cessar o fogo das batalhas, cinco anos se haviam passado desde que o País se mobilizara. Houve tempo para ser entupida a fonte dos distúrbios. Com a economia sob um controle central, verificou-se uma redistribuição de forças em direções definidas. O que sobrava num setor do sistema geral era transposto para os deficitários, em busca de um nivelamento dos efeitos. Essa recomposição, apesar de ter feito baixar o padrão médio de vida porque conseguida à custa de restrições de toda ordem — eliminou do processo social os fatores marginalizantes.

De outra parte, foi a um regime de austeridade altamente remunerado a que esteve submetido o povo inteiro, de modo que se eram grandes as necessidades gerais - ao término da guerra - maior era a poupança que havia sido feita com salários que não puderam ser gastos. Esse forçado adiamento de consumo reabilitou largas seções da população que, antes, viviam com os orçamentos estourados.

Criou-se assim, naturalmente, o potencial aquisitivo necessário para que a reconversão à produção civil se realizasse sem que a nação - como acontecera depois da Primeira Guerra Mundial — tivesse de atravessar a ponte da depressão. Os precos subiram intempestivamente mas era com as reservas de um quinquênio — e não com o ganho quotidiano - que as gentes saíram a comprar, Ninguém, porém, foi adquirir – de uma só vez – todos

praticamente, tanto tempo de animado sem ser julgado historicamente. Não pareconsumo quanto o que foi levado para ce, entretanto, que tenha chegado a um ajuntá-lo. E não é apenas no meio da bom juízo de si mesmo nos exames de correnteza que não se deve trocar de cava- consciência que deve ter feito. O fato, lo. É, também, quando o animal ainda realmente, é que nunca ninguém arrancou está correndo bem, sem sinal de cansaço. uma palavra dele, depois, sobre a explo-E, em nenhuma outra época, o País gozou são daquela luminosa manhã de agosto Os elementos populares ainda não estado de uma tão grande prosperidade básica em que, por decisão sua e à grande distânvam organizados para intervir no processo como nos dias em que Truman – indife- cia – como o matador do mandarim no de deslizamento legado por Roosevelt, de rente à chacota geral - se candidatou à livro de Eça de Queirós - 300.000 pesmodo a forçar políticas na direção dos reeleição e, contra todos os prognósticos, soas se evaporaram em Hiroshima.

foi reconduzido à Casa Branca. O pove # como o urubu: quando chove, faz planos para construir uma casa, mas ao voltarem os dias de sol conclui que, tendo asas e estando límpido o céu, é pura perda de tempo construir um abrigo.

A Guerra Fria

A guerra que salvou os planos de Roosevelt mudou de nome e de estratégia quando - dilapidada a poupança realizada durante a última conflagração - a economia entrou num processo de recessão. Para enfrentar a ameaça de uma nova depressão, Truman formulou a sua própria Doutrina - que era, originariamente, a de uma só cartilha para o mundo. Como todos os fracos, Babbitt imaginou-se no papel de um César mundial. Já não havia demonstrado, em Hiroshima, que tinha maiores poderes do que qualquer outro imperador - antes dele - em toda a história da humanidade?

Ao solicitar ao Congresso a primeira verba para dar efetivação ao Tratado do Atlântico Norte — pedra angular da sua Paz Romana - Truman exigiu que lhe fosse dada liberdade para refundir velhos conceitos. Só ele, por exemplo, deveria ter capacidade para, em todo o planeta, definir o que é uma nação: the term nation shall mean any foreign government or country or group thereof; or any representatives or group of the people. however constituted, designated as a nation by the President, Queria poderes. assim, para pendurar - na parede do seu gabinete - um mapa onde só fossem válidos os tracados políticos feitos por ele

Não os obteve, não porque repugnasse ao Wall Street Journal darem os Estados Unidos a si mesmos um instrumento to rule the world e, sim, porque - para os grupos econômicos dominantes - era muito menos comprometedora além de a experiência iá haver confirmado a sua eficácia, a teoria de Teddy Roosevelt: a de, em qualquer negociação, levar sempre um pesado cacete escondido. Moralista, como Babbitt, Truman queria fazer tudo de acordo com a lei, mas ignorando - ainda como a personagem de Sinclair Lewis de que Hitler, com a sua visão unilateral das relações internacionais, havia assumido exatamente a mesma posição.

Truman quis sair brandindo logo o big stick, o qual - depois que a União Soviética explodiu a sua bomba atômica podia bater também, sob a forma de retaliação, com a ponta que era segurada. Manejar o cacete já não era uma operação tão simples como a de desembarcar fuzileiros na Nicarágua para "caçar" Sandino. Da mesma forma que a Doutrina de Monroe nunca passou de um princípio de filosofia política - mas com força para distender os tentáculos norte-americanos no hemisfério - a de Truman, sob o guardachuva das armas nucleares, contém todos os elementos místicos do Destino Manifesto. É responsável pelo envio de expedicões punitivas aos mais remotos pontos do globo (Coréia) e é nela que encontra "justificação" ideológica a escalada da crueldade no Vietnã. É, inclusive, com apoio na idéia-mãe do sucesso de Roose-

Porque for um manique se frum mundo sem nuances - onde quem não é bran-Assim, o dinheiro acumulado garantia, co tem de ser preto - Truman morreu

O financismo da PUC de São Paulo

Com um aumento real de 27,7% nas suas anuidades à vista, a Pontificia Universidade Católica de São Paulo está cobrando dos seus milhares de alunos uma taxa muito superior à máxima permitida pelo Conselho Federal de Educação. Tomando-se por base a que é paga pelos estudantes de Economia, que representa o meio termo entre as mais altas (medicina) e as mais baixas (licenciatura), a elevação média foi de quinhentos cruzeiros. Passou-se de Cr\$ 1.800,00, em 1972, para Cr\$ 2.300,00 este ano.

Se o estudante não tiver condições de pagar a anuidade à vista — como é o caso de quase todos — o serviço de juros do parcelamento em doze meses onera mais o aluno, em 1973, do que o fez no ano findo. Além disso, essa operação — realizada, até então, diretamente com a Universidade — não obedecia a regras bancárias rígidas como agora, que é feita através da Caixa Econômica Federal. Os atrasos recebem o mesmo tratamento dos títulos comerciais vencidos, inclusive com apresentações a protesto.

Além de ultrapassar os limites máximos estabelecidos pelo Ministério da Educação para o reajustamento das anuidades - alegando uma defasagem entre custos e receita – a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo enveredou por um 'financismo' cujos resultados poderiam muito bem dispensá-la de lançar mão de aumentos insuportáveis para os alunos, mas que são justamente obtidos com a imposição de maiores sacrifícios ao corpo de estudantes. A antiga tolerância com os atrasados foi substituída - em virtude do convênio com a Caixa Econômica Federal — pela cobrança de juros de mora e taxa de perma-

A combinação feita com a CEF representa um financiamento cujos juros os estudantes pagam. Por que, então, a PUCSP não se conformou com as vantagens de uma transação financeira que pôs à sua disposição um dinheiro "de graça" - mais do que suficiente para corrigir a sua alegada defasagem – aumentando violentamente as anuidades? Estas são parceladas por 90% dos 12.000 alunos da universidade - o que significa que dá entrada na caixa da instituição, de uma só vez, uma importância que levava, até ontem, doze meses para ser reunida. São 24 milhões e 840 mil cruzeiros que, praticamente, caem do céu e que ainda por cima – podem ser aplicados "rotati²iamente" em títulos de grande liquidez e bom rendimento.

Para a Caxa Econômica Federal, as vantagers também serão grandes. Além de, em poucas semanas, serem abertas 10.800 contas novas — que proporcionarão, este ano, um lucro de 4 milhões, 39 mil e duzentos cruzeiros — é certo que os novos correntistas tenderão a usar os outros serviços do conceituado estabelecimento de crédito, já estando em cogitação a instalação de uma agência no campus da universidade. Quanto às desvantagens, são só para os estudantes que, no seu esforço para estudar, transformam-se na matéria-prima essencial de um negó-

cio altamente lucrativo.

A posição da Caixa Econômica Federal é perfeitamente compreensível, pois é um estabelecimento de crédito e não uma Legião Brasileira de Assistência Financeira. A ganância da universidade é que, absolutamente, não condiz com o seu espírito de "fundação de ensino"

A CONSTANTE DAS MAJORAÇÕES

Segundo o sr. Ary Silvério, auditor interno da Fundação de São Paulo - entidade mantenedora da universidade - "o objetivo de todas essas medidas é a racionalização dos serviços". Estes, entregues a uma empresa, libertarão o sistema administrativo dos problemas produzidos pela cobrança das anuidades entre os quais os criados pela dificuldade no recebimento das parcelas atrasadas — além de diminuírem os custos de funcionamento da Tesouraria, que emprega um grande número de pessoas, utiliza caro equipamento e tem um expediente muito dispendioso.

Mas a redução dos custos operacionais, em virtude da "racionalização dos serviços", não parece ser a finalidade precípua do convênio realizado entre a Pontifícia Universidade Católica e a Caixa Econômica Federal. Para o sr. Ary Silvério, a grande vantagem desse convênio é representada pelo fato de poderem ser executadas, pura e simplesmente, as duplicatas que o estudante venha a deixar de pagar na data do vencimento. Convenhamos que, para uma fundação de ensino, esse comercialismo - com a adoção das regras drásticas do mundo dos negócios - não cheira muito bem.

Naturalmente, a reação estudantil não se fez esperar. "Em vista do excessivo aumento das anuidades, pelo terceiro ano consecutivo e sempre em desacordo com a tabela do Conselho Federal de Educação" o Diretório Acadêmico Leão XIII decidiu impetrar mandado de segurança. E essa luta não é nova. Em 1971, em face de um aumento de 39%, foi deflagrada uma greve com a participação maciça dos alunos de todas as unidades. A Reitoria, então, fez uma forte pressão para impedir um encontro dos representantes dos alunos com as autoridades do Ministério da Educação.

Esse encontro se realizou e as autoridades educacionais acharam justa a reivindicação dos estudantes. As anuidades foram rebaixadas. Mas, depois de uma exaustiva bata-Iha judicial - na qual foi jogado todo o peso do poder econômico e da capacidade de coação da universidade – a violenta majoração foi restabelecida. Acreditam, porém, Manuel Bonoso e Aracélis Paduan presidente e vice do Diretório Acadêmico Leão XIII, da Faculdade de Economia - que, desta vez, as condições não são favoráveis para uma nova vitória da PUCSP.

Além da decisão de impetrar mandado de segurança, os estudantes deverão procurar as autoridades do Conselho Federal de Educação para denunciarem o aumento e a sua manifesta ilegalidade. Bater-seão pela redução do preço das anui-

10

dades e, com relação ao parcelamento realizado através da Caixa Econômica Federal, pleiteiam o estabelecimento de prazos mais tlexíveis paro pagamento das prestações em atraso, de modo a que o aluno não tenha a sua letra protestada como um título comercial qualquer

A BOLSA-EMPRÉSTIMO

Até o ano passado, o regimento interno da Fundação São Paulo previa a concessão de bolsas de estudos a estudantes que – não tendo nenhuma dependência de matéria estivesse em más condições financeiras. Para 1973, foi adotada uma outra forma de ajuda, aparentemente justa: o empréstimo. Pelo novo sistema, o aluno se obriga a devolver à instituição a quantia emprestada, três anos após o término do curso. Segundo o termo de compromisso do bolsista-prestamista, ocorrendo a hipótese de ser modificado o critério de cobrança da anuidade, a correção do débito não se fará com base nos índices da desvalorização da moeda, como são oficialmente cal-

Apurado o quantum a ser reembolsado, o beneficiado se obrigará a fazê-lo em parcelas mensais equivalentes ao salário mínimo vigente na data, num número suficiente para cobrir o débito. Em caso de jubilação ou abandono do curso, o pagamento se tornará exigível a partir do 30o. dia do mês subseqüente ao período eletivo em que ocorrer a situação. O grande achado da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo reside no fato de os reajustamentos monetários anuais se faze-

rem com base nos aumentos sucessivos das anuidades e não — como seria correto — levando em conta, apenas, os índices de correção do valor do dinheiro corrente.

Assim, se um estudante toma uma bolsa-empréstimo representando 50% do valor da anuidade em 1973 - de 1.150 cruzeiros, portanto - irá devolvê-la, dois anos depois, calculada sobre a taxa posteriormente elevada. Ora, se levarmos em conta o fato de as referidas. anuidades aumentarem numa média de 25% ao ano, veremos que o aluno irá pagar uma quantia mais de 50% superior à que realmente tomou emprestado. De outra parte, como essa elevação é feita na origem - isto é, sobre o principal crescem também as importâncias referentes aos juros "normais" da operação. No frigir dos ovos, quem apela para essa modalidade de ajuda aos seus estudos devolve em dobro, praticamente - no curto prazo de vinte e quatro meses - o auxílio financeiro recebido.

E ai de quem fique sem condições para cumprir os prazos de pagamento. O item 3.2.7 do Termo de Compromisso estabelece, taxativamente, que o atraso nas prestações "acarretará o vencimento antecipado das demais, sujeitando-se o beneficiário à cobrança executiva na forma dos artigos 298 e seguintes do Código do Processo Civil Brasileiro". É, assim, sob as penas da lei que o estudante obtém a "assistência" financeira da PUCSP.

Uma pergunta somos forçados a fazer às autoridades educacionais: a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo está registrada como instituição de ensino ou como antro de agiotagem?

Recuo e discernimento

as universidades públicas, os ricos já não estão ameaçados com a obrigação de pagar anuidades de acordo com o "progressivo" do seu imposto de renda ou dos seus pais. A explicação foi a de que não houve tempo para enviar ao Congresso — antes de este entrar em férias — o competente projeto de lei. É uma desculpa esfarrapada, pois o presidente da República tem poderes para legislar por decretos durante o recesso parlamentar.

É inaceitável, também, a justificativa - dada pelo ministro da Educação — para o abandono definitivo do plano. Se projetos e programas são do interesse nacional, não há nenhuma razão para o governo deixar de levá-los adiante, só porque - dentro de um ano - outra será a administração do País. De acordo com a tese do sr. Jarbas Passarinho, a ética obriga ao imobilismo, 365 dias antes de se renovarem os quadros dirigentes do Brasil. Assim, a continuidade da ação governamental não importa, nunca devendo os sucedíveis transferir problemas para os sucessores.

O sr. Andreazza, por exemplo, nunca deverá iniciar os trabalhos de abertura de uma estrada, se não tem possibilidade de terminá-la dentro do prazo que lhe resta para entregar ao governo. Planos decenais, mesmo

19

20

21

22

CEDEM 16

quinquenais, devem ficar fora de cogitação, no entender do ministro da Educação. Todas as administrações, assim, seriam estanques. Está visto que o sr. Jarbas Passarinho não pensa dessa maneira, não passando a sua explicação de um recurso para não dar o braço a torcer.

Na verdade, o problema se revelou muito mais complexo do que pareceu, de início, aos que o acalentaram, além de que - viu-se também - seriam ínfimos os recursos financeiros que produziria. Não dariam para encher um só buraco dos muitos que abririam os "empréstimos" aos estudantes pobres. Não compreendemos essa preocupação do ministro da Educação em salvar a face diante da inexequibilidade do plano. Um estadista não perde a autoridade e o respeito quando recua, ao verificar que tomou pelo caminho errado. A insistência no erro, por falsa vaidade, nunca foi virtude de homem público. É justamente a fraqueza dos que querem parecer fortes.

Se recuoù, em face da inviabilidade do plano — ou mesmo diante da resistência estudantil — o sr. Passarinho só merece elogio. É lastimável, portanto, que a sua sensibilidade se arrepie diante da possibilidade de ser olhado como um vencido, quando poderia orgulhar-se da sua capacidade de discernimento,

25

26



De Guernica a Hanói

Há justamente quarenta anos, num dia de janeiro, Hitler tomava o poder na Alemanha e se iniciava um dos mais trágicos períodos de toda a história da humanidade. Apesar de os caçadores de nazistas ainda estarem procurando provas da sua morte, tudo indica que realmente deixou de existir nos momentos finais da resistência de Berlim. O que não desapareceu, ainda, foi a violência gerada pelas suas idéias.

Apenas o estudo do homem não nos fornece a chave do mistério que foi o de um dos mais cultos povos do mundo ser arrastado por uma onda de demonismo. Ainda nos tempos da cervejaria de Munique, quando era um tipo ridículo — de bigodinho a Carlitos e chicote na mão — já era incaricaturizável. Um chargista norte-americano, encarregado por uma revista para dar de Hitler uma imagem grotesca, desistiu da tarefa depois de uma observação de várias horas. E explicou: "ele é um estado-de-espírito alemão e isso não é possível traduzir em traços".

Por aí é que deve começar a análise do fenômeno e, ainda assim, sem desprezar o convite para uma aventura na área dos acontecimentos mágicos. Não há mais dúvidas de que Hitler foi um esquizofrênico ou — no mínimo — um ressentido. Mas a sua liderança não resultou da sua patologia, ainda que se concorde com a teoria de que são loucos todos os gênios, inclusive — talvez principalmente — os do mal. Alguns intérpretes afirmam, aliás, que é na própria cultura germânica que se deve buscar explicação para o nazismo. Numa determinada conjuntura histórica, os vvelhos deuses acorrentados pela civilização industrial — mas não mortos — recuperaram o poder da época da organização tribal. Ressurgiu a barbárie em moldes científicos e tecnológicos.

Hitler, no entanto, não teve nada de um herói wagneriano. Spengler nunca o reconheceu como o predestinado que faria da Prússia a "cabeça das nações". Sua liderança resultou de um conjunto de circunstâncias que nenhum capitão-de-indústria — ou o mais duro junker — tinha condições de aproveitar. O problema, na época, era do povo e não de elites cuja arrogância se fora com o vento de uma guerra perdida.

PRIMEIROS PASSOS

Hitler ingressou na vida política através da porta que lhe abriu o desempenho de uma espécie de missão de acalgüete. Em setembro de 1919, o ferreiro Anton Brexler fundou o Partido dos Trabalhadores Alemães e o Exército — que ficava sempre de orelha em pé quando grupos populares se organizavam — encarregou o futuro füehrer de descobrir se eram subversivas as intenções da nova agremiação. O tiro dos militares saiu pela culatra — o que só se constataria, no entanto, muitos anos depois.

No hospital, ao término do conflito — quando se curava da cegueira temporária provocada por gazes asfixiantes — a sua cabeça estalou por força de idéias desordenadas e que eram, no fundo, as mesmas daqueles que se incumbira de delatar. Não apontou o dedo sobre nenhum dos seus companheiros de reunião. Pelo contrário, aderiu ao novo Partido. Tenaz, oportunista, bom orador popular e com inegáveis qualidades de organização e liderança, rapidamente chegou à chefia da ainda elementar associação política.

Após o famoso putsch da cervejaria de Munique, o seu nome atravessou as fronteiras da Baviera, graças ao julgamento a que foi submetido e à condenação que recebeu. Tinha, já então, tal força magnética que — apesar de não ser um tipo de beleza masculina — era conhecido na sua província como "o belo Adolfo". Hábil aproveitador das circunstâncias, apre-

sentou-se — numa entrevista à imprensa — como mártir da causa alemã. Aproveitando os seis meses de prisão, escreve Mein Kampf: um livro que, apesar de confuso e incoerente, foi a maior bomba política dos tempos modernos.

Nesse livro, Hitler não engana ninguém a respeito dos seus propósitos, mas nenhum só dos dirigentes tradicionais o levou a sério. Na primeira parte, delineia a estrutura do futuro Estado alemão, relacionando os meios e as maneiras a serem utilizadas pelo povo para se tornar "o soberando da Terra". Depois, discorre sobre a Ideologia Universal (Weltanschaung) e a teoria geopolítica do "espaço vital" (Lebensraum). Apoiadas na velha mitologia do expansionismo germânico, as suas palavras calaram fundo na alma da nacão.

Sobre a economia do futuro Estado, Mein Kampf pouco díz. Com o que Hitler se empolga, realmente, é com o mito racial do "povo de senhores". Explorando politicamente a teoria darwinista da seleção natural, afirma que "o mais forte deve dominar". É o eleito, pela própria natureza, é o ariano, "que deitou os alicerces e ergueu as vigas de todas as grandes estruturas da cultura humana". Sobre esse mito étnico fundou o Terceiro Reich — cuja glória se prolongaria por um milênio — e estabeleceu, na Europa depois ocupada, o plano da Nova Ordem.

Mas não foi Hitler, por si só, o responsável pela grande tragédia dos nossos tempos. A história, por seus "desígnios", é mais culpada — só que jamais é passível de julgamento.



A TRANSIÇÃO

O nazismo foi produto de uma conjuntura histórica específica, que se criou ao impacto de uma derrota militar na estrutura social de um País já num avançado estágio do capitalismo. Não é fácil estabelecer critérios pelos quais avaliar a extensão e a severidade dos danos sofridos pela Alemanha ao perder a guerra. Na superfície, porém, podiam ser assinalados os fatores de uma profunda deterioração dos "ideais de vida" comuns a todos os povos: extrema escassez de alimentos e outros produtos essenciais, colapso parcial dos valores sobre os quais assentavam a ordem e a lei, indisciplina nas forças armadas, descrédito das classes dominantes, desespero em amplas camadas da população.

Produziram-se na Alemanha daquele período todas as condições para a deflagração de uma luta revolucionária, mas a velha ordem de interesses — sustentada, até então, pela estrutura do socialismo prático implantada por Frederico-o-Grande — tinha anéis para jogar fora. Foram salvos os dedos pelos cristãos-novos da democracia que, naturalmente, caíram no exagero liberal da República de Weimar. Obteve-se um equilíbrio instável e transitório, que nem mesmo uma das inflações mais devastadoras da história conseguiu perturbar até o ponto de atingir as bases da sociedade.

O regime weimariano foi uma espécie de solução jurídica que — mantendo, na essência, as estruturas da economia cartelizada — alargou as margens do poder político das classes médias. Estas, no entanto, não podiam mais ser contidas — dez anos depois — por uma "conciliação" dentro de cujos quadros não havia lugar para as aberturas exigidas pelo desenvolvimento de uma nova sociedade. As insatisfações populares, menos dramáticas do que as do pós-guerra — mas já manifestadas organizadamente — prepararam a cama para o Nacional-Socialismo.

O resto está nos jornais e nos livros dos nossos dias.

A VIOLÊNCIA CONTINUA

Hitler chegou ao poder — faz justamente quarenta anos — enganando todo mundo, inclusive as grandes potências capitalistas do Ocidente, que passaram a vê-lo como o construtor de uma barreira à expansão do comunismo e, mesmo, como o instrumento de uma futura destruição militar da União Soviética. Fecharam os olhos a todas as suas violências, tanto internas como na vizinhança, cometendo — na guerra da Espanha — o seu maior erro de visão histórica. A diplomacia ocidental se embrulhava em technicalities relacionadas com o princípio da não-intervenção, enquanto, o nazismo intervinha ostensivamente na guerra civil da península ibérica.

A história deu tantas voltas, indiferente ao farisa ísmo dos donos do poder mundial, que o próprio Hitler caiu na armadilha que havia preparado para apresar toda a humanidade. A guerra relâmpago estourou os prazos e o moderno Açoite de Deus — sem as vitórias rápidas de que necessitava para estabelecer o Reino Milenar — acabou morto e incinerado num subterrâneo da sua majestosa chancelaria, com os tanques soviéticos por perto.

Hoje, os meninos aprendem — nas escolas de todo o mundo — que é trágico o fim de todos os que se valem do poder para cometer crimes contra o Homem e para tentar lançar a Humanidade em eras de obscurantismo. Hitler já nada mais é do que um fantasma do qual nos podemos aproximar com espírito crítico e imparcialidade analítica. Mas a sua violência não entrou para a memória dos dias negros do seu domínio. O esmagamento brutal dos mais fracos continua sendo uma regra da política internacional dos nossos dias.

De Guernica a Hanói, apenas se refinaram os meios e os modos de devastação. A selvageria se tornou eletrônica. Hoje, os moinhos de vento são gigantes da verdade, enquanto Don Quixote continua montado no seu cavalo magro. Só nos resta, mesmo, uma esperança: a de que a história, embora cobrando altos preços, nunca permita — como jamais permitiu — que lunáticos e falsos peregrinos atrasem o relógio.

Reescalada da crueldade

Richard Nixon é, pessoalmente, o único responsável pela ignóbil decisão de bombardear macicamente o Vietnã do Norte. Sabe-se, agora, que nem o Pentágono alimentava ilusões sobre as consequências militares do arrasamento, pelo ar, das áreas acima do 20o. paralelo. Os aviões não visavam alvos específicos, sendo o seu exclusivo objetivo espalhar o terror entre a população civil, quebrar o moral do povo, matar o máximo de velhos, mulheres e crianças, a fim de forçar Hanói a negociar nos termos da honra dos Estados Unidos - se é que resta alguma. Se o 37o, presidente norte-americano não dormia de tanto pensar numa maneira de passar à história, não deve preocupar-se mais. Já passou. Hitler também. (Le Nouvel Observateur, Paris).

Nixon deveria saber que a sua ordem para o massacre aéreo do Vietnã levantaria protestos no mundo inteiro. Mas, como qualquer terrorista, não se deixaria desviar por questões morais. Se interrompeu os bombardeios não foi porque, sob a condenação da opinião mundial, adquiriu a consciência da própria brutalidade. Foi porque — noticia o Financial Times — os Estados Unidos could run out of B-52 em menos de três meses.

Observadores militares haviam chegado à conclusão — segundo o jornal inglês — de que a defesa antiaérea norte-vietnamita à rrubou mais aviões do que poderiam ser repostos. A agressão teria de diminuir de ritmo, ou forçar Hanói a curvar-se antes que se esvaziassem os hangares das B-52. De uma frota de 200 fortalezas voadoras só 140 se encontram em ponto de operação. E destas, 33 haviam sido postas fora de ação em duas semanas — ou seja: quase um quarto do monstruoso equipamento foi destruído.

Dessa forma, Nixon recuou porque foi derrotado militarmente e não sob pressão da opinião mundial.

Quando Joaquim Seabra, ministro do Interior, deu a Rodrigues Alves o nome da pessoa escolhida para chefiar o Departamento de Saúde, o presidente perguntou:

– Quem é esse Osvaldo Cruz? A pergunta, agora, é feita num tempo passado do verbo:

- Quem foi?

Apesar de ser um dos maiores vultos da República e de haver realizado uma obra que vale como uma das grandes "lições de entusiasmo" para as gerações que viriam, a maioria da população - tão facilmente levada a endeusar jogadores de futebol - não tem o seu nome na memória, não sabe da sua luta e do seu idealismo, nem tem noção do muito que lhe deve.

Os políticos e a imprensa o agrediram, como se fosse um cão raivoso à solta nas ruas do Rio de Janeiro, pela época uma cidade gravemente doente e já ameaçada de tornar-se - nos mapas da navegação internacional - um porto pelo qual se devia passar ao largo. A hoje Belacap era, então, um burgo infecto. E o homem, ainda moço, que saiu a livrá-la das pestilências cientificamente, mas também com ardor - foi recebido a pedradas. No dia 10 de outubro de 1904, o Correio da Manhã o acusava - num dos seus editoriais - de "ter andado de exigência em exigência, tendo sempre em uma das mãos o rol dos benefícios a espalhar e, na outra, o pedido de demissão como espantalho a contrariedades possíveis e impertinentes'

Não lhe davam nem o direito de ser funcionalmente honesto: o de deixar o cargo se não pudesse fazer o que achava certo. Inquebrantável, varou uma das mais violentas tempestades que já desabaram sobre a cabeça dos gênios do bem. Os do mal eram poderosos e não o pouparam. Mas, felizmente, em vão.

Em agosto do ano passado deuse a passagem do centenário do nascimento de Osvaldo Cruz. A data transcorreu quase em branca nuvem. No Rio de Janeiro - que lhe deve uma estátua que arranhe o céu, como os seus modernos edifícios - foi inaugurada uma placa comemorativa. Um pequeno grupo fez uma romaria à casa onde ele nasceu, numa cidadezinha do interior paulista. Em Brasília, o Congresso realizou - com atraso e orações fúnebres - uma sessão solene. Nenhuma homenagem esteve à altura de sua grandeza pessoal e do valor da sua obra. Nenhuma teve o calor e a extensão da que foi tributada ao réi do chute quando fez o seu milésimo gol.

Não foi apenas como cientista que Osvaldo Cruz marcou a sua presença en processo da civilização brasilei(X: Foi, principalmente, como um humanitarista que ele fez us a reverencia de toda a nação. Mas, por ter agido pelo bem do povo – contra o atraso mental e os interesses retrógrados - provocou uma crise política que chegou a pôr em xeque os poderes do presidente da República. Venceu porque convenceu com o êxito das suas medidas, mas não teria convencido se não fosse pela sua tenacidade, pela sua superior indiferença ao ladrar dos cães à passagem da caravana.



OSVALDO CRUZ: A luta de uma consciência

Não clinicou porque a sua olientela era o povo inteiro, cujas doenças — principalmente as chamadas tropicais - procurou erradicar. Não fazia pesquisas "puras", mas em função dos problemas da saúde pública. Abriu novas perspectivas nos diversos campos do conhecimento da época, orientando-se pelas necessidades da profilaxia de todo o País. E tanto podia estar cansando a vista - que acabou perdendo - nos microscópios de Manguinhos, como enfrentando a malária que dizimou 30.000 dos trabalhadores que assentaram os trilhos, dentro da selva amazônica, da estrada-de-ferro Madeira-Mamoré.

Tiraram-no do seu convívio com lâminas e tubos de ensaio para a chefia do Departamento de Saúde. com a missão específica de expulsar a peste do Rio de Janeiro. O inimigo era grande demais para ser combatido convencionalmente. E porque tinha de agir "passando por cima de tudo", não só despertou a ira dos representantes dos antisociais interesses feridos, como se viu acossado por uma campanha na qual o mínimo que a ele se negava era competência administrativa.

Para o deputado Brício Filho, por exemplo, Osvaldo Cruz deveria l'imitar-se às suas experiências no Instituto Soroterápico de Manguinhos e dava a razão - num discurso na Câmara - para o seu conselho: "Não se atirou aos lances da clínica, não se abeirou do leito dos doentes, não se habituou a sentir as dores dos enfermos, não testemunhou as angustiosas cenas de casas onde se adoece e não adquiriu essa larga experiência tão necessária para, quando chamado a dirigir o Departamento de Saúde e Higiene Pública, estar em condições de pesar as circunstâncias, só propondo medidas estritamente indispensáveis'

Mas, que medidas eram essas que despertaram a fúria dos oposicionistas ao ato de nomeação de Rodrigues Alves e que chegaram a sublevar, contra o governo, uma população que o grande sanitarista queria livrar das tocaias da peste?

Para Rui Barbosa — a grande voz do reconhecimento - Osvaldo Cruz mereceu da Providência "a graça de

10

nascer numa época em que a medicina passava pela maior das suas revoluções". E, de fato, quando veio à luz - numa pequena cidade do interior paulista – as pesquisas e descobertas de Pasteur estavam abrindo à ciência novas e sensacionais fronteiras.

Aos vinte anos, concluía o curso de medicina na Faculdade do Rio de Janeiro e a tese que defendeu ao graduar-se — "A Veiculação Microbiana pelas Águas" — já foi o dedo pelo qual se anunciava o gigante. Em seguida, num trabalho publicado na revista Brasil Médico sobre as águas putrefatas do abastecimento do Rio de Janeiro, já revelava a sua preocupação pela falta de higiene da cidade. Quatro anos depois de formado, embarcou para a Europa a fim de fazer um estágio - que se prolongou até 1899 - no Instituto Pasteur de Paris.

Regressa para encontrar o Rio de Janeiro numa rotina de epidemias. No verão daquele mesmo ano, aceita o convite para ir a Santos — cuja população estava sendo praticamente dizimada por uma série de doenças contagiosas — a fim de elaborar um plano de combate às pestes que estavam paralisando o grande porto de exportação do café. Hoje, no entanto, quase ninguém sabe - ao gozar do moderno conforto das praias santistas - que nenhum daqueles luxuosos edifícios se teria erguido se um jovem, de apenas vinte e sete anos, não tivesse livrado a cidade da praga das suas enraizadas moléstias.

Na passagem do século, o Rio de Janeiro é como uma cidade sitiada. A população carioca, sob a ameaça da febre amarela - o "vômito negro" - não comemora o início de uma nova centúria. O então responsavel pela Diretoria de Higiene, o Barão de Pedro Afonso, funda o Instituto Soroterápico para pesquisar antídotos contra a epidemia. Manda uma carta ao diretor do Instituto Pasteur de Paris solicitando que envie um dos seus auxiliares para dirigir o novo centro brasileiro de estudos e análises. Na sua resposta ao pedido, o dr. Emile Roux diz o seguinte: "Entre o pessoal que tenho a honra de chefiar, nenhum carga e, num artigo de jornal, diz

possui melhor competência do que o sr. Osvaldo Cruz, cuja capacidade e idoneidade científicas pessoalmente conheci, durante o tempo em que estagiou conosco"

Quatro anos mais tarde, ao ser posto na chefia do Departamento ,de Saúde, a imprensa não pôde passar por cima da alta recomendação do diretor do Instituto Pasteur. Mas lembrou o caso para melhor veicular as restrições. Dizia, então, o Correio da Manhã: "A mão generosa de um amigo levou-o a tomar conta do Instituto de Manguinhos. Nunca uma escolha foi tão acertada pelo lado técnico, é bom dizer, porque para administrador lhe faltam os mais rudimentares requisi-

Mas a peste se fizera dona da cidade. Já em outubro de 1895, o contratorpedeiro italiano Lombardia entrou na baía da Guanabara com uma tripulação de 340 homens. A febre amarela interrompeu o seu cruzeiro e, quatro meses depois, somente sete ainda estavam vivos. Como os visitantes, a população da cidade estava sendo dizimada. O hospital de Jurujuba recebia, diariamente, entre 30 e 40 atacados do mal. Pouquíssimos se salvavam.

No princípio de 1903, estando vago o cargo de diretor do Departamento de Saúde, o ministro do Interior e Justiça convidou o médico Sales Guerra para ocupá-lo, o qual - não aceitando - indicou Osvaldo Cruz. Nem estava seca, ainda, a tinta da ata da sua posse e ele. já tomava as medidas para a execução de um audacioso plano de saneamento do Rio de Janeiro. No mesmo momento, se desencadeia a campanha para desmoralizá-lo. Sarcasticamente, diz então o Correio da Manhã: "Febril agitação do nosso diretor se apoderou, dominou-o a vertigem das alturas a ponto de ser anunciada para breve a extinção de todas as epidemias".

Osvaldo Cruz tinha a boa arrogância dos bem dotados de espírito público. Era um esclarecido homem de ação, permanentemente informado de todas as novas conquistas da ciência. Tendo acompanhado os estudos e experiências que cientistas dos Estados Unidos realizaram nas Caraíbas — num esforço decisivo para a extinção da febre amarela declara convictamente:

 A solução já foi obtida pelos americanos em Cuba. Não se trata de uma experiência. Não é um ensaio. É um fato consumado. Dêemnos os recursos necessários: dinheiro e leis que garantam a execução das medidas. A febre amarela cessará no Rio de Janeiro, desde que o Congresso forneça os meios.

Apesar da sua ênfase, Osvaldo Cruz não conseguiu convencer a opinião pública, já totalmente solapada pela inflamada campanha da imprensa e pelos discursos oposicionistas dos cavilosos representantes do povo. Até Olavo Bilac se deu ao desplante de ridicularizar o feito dos cientistas norte-americanos. Nu-ma crônica de ignorante, faz um pernilongo falar: "Os **yankees** pensavam que nos haviam exterminado. Tolice! Mosquito não é preto da Luisiânia"

O deputado Brício Filho volta à

que Osvaldo Cruz, "com as vistas sempre voltadas para um campo muito restrito, foi ampliando o conhecimento ligado aos microscópios sem o tirocício clínico tão salutar que leva a gente a não introduzir facilmente no organismo humano a nova droga aconselhada pelo livro que chega no último vapor".

Mas o Congresso, atendendo ao sanitarista, transforma a verba de novecentos e poucos contos numa dotação de cinco mil e quinhentos. Esses meios, segundo a imprensa, foram fornecidos "com a disposição que permite o assalto à propriedade, a invasão de domicílio e outras cláusulas draconianas". Novamente se transformava um argueiro em cavaleiro, pois a lei dizia apenas que - em caso de epidemia - era facultado às autoridades da Saúde Pública entrar nas residências, inspecionar e exterminar os focos de mosquitos ou de outros insetos, podendo até interditar o local, se assim fosse necessário.

Mas, não garante a Carta Magna — esbravejavam os jornais e os políticos pescadores em águas turvas — a inviolabilidade do domicílio? E concluía melodramaticamente um dos editoriais da imprensa lançada nos calcanhares de Osvaldo Cruz: "Todas as liberdades que a Constituição da República assegura aos cidadãos deste País vão ficar esmagadas por esta lei de arrocho que há de justificar e encobrir todas as violências e crimes".

A campanha contra o sanitarista se extremava a cada dia que passava e acabou envolvendo a massa popular. Quando Osvaldo Cruz apresentou um projeto tornando compulsória a prevenção contra a varíola, o clamor saiu das redações e do Congresso, ganhando as ruas. O senador. Lauro Sodré, grão-mestre da Maçonaria, criou a Liga contra a Vacinação Obrigatória e — numa nota publicada nos jornais — dizia que as garantias legais para violar a intimidade das residências não davam ao chefe do Departamento de Saúde "o direito de invadir o corpo humano, levando ao seu interior uma infecção"

A essas alturas, a população já estava a ponto de entrar em pânico. Na imaginação popular, a peste — em vez de ser combatida — iria ser inoculada no organismo de todos. Bombardeado pelos argumentos hábeis dos políticos, posto em guarda pelos próprios médicos — na maioria descrentes da eficácia das medidas de Osvaldo Cruz — o povo estava pronto para ser mobilizado pelo primeiro grupo de contestadores que aparecesse. E a Maçonaria forneceu os quadros de liderança da campanha.

A inconformação com a Lei da Vacinação Obrigatória estourava nas manchetes dos jornais. Estes já não se limitavam a combater, capciosamente, as medidas tomadas para tornar o Rio de Janeiro uma cidade habitável e deter os surtos constantes da varíola no País. A ação de Osvaldo Cruz passou a ser utilizada como um cavalo de batalha na campanha para incitar a massa contra as autoridades constituídas. Dizia, então, o Jornal do Brasil:

O governo é o maior enfermo nes-

ta epidemia de abdicação perante a ditadura sanitária e o povo precisa livrá-lo desses curadores".

O Correio da Manhã, entre todos o maior jogador de lenha na fogueira, não escolhe mais palavras na sua fúria editorial: "Já se vão fazendo, felizmente, sentir os protestos da população contra a miseranda Lei da Vacinação Obrigatória, fruto podre da subserviência e do incondicionalismo do finado Poder Legislativo". Na mesma edição se anunciava que a loja maçônica Dezoito de Julho realizara uma reunião de protesto e que ficara decidido enviar uma comissão à Câmara Alta para encontrar-se com o senador Lauro Sodré.

Indiferente aos ataques, Rodrigues Alves manobra para que o Congresso debata e aprove a lei. A própria oportunidade de discussão é combatida pelo Jornal do Brasil, àquela hora já com todas as mangas de fora: "Chega a ser inacreditável que o governo tenha aceitado discutir este amontoado de coações, esses dispositivos que perseguem a população. E simplesmente horroroso o que se pode condensar naqueles artigos. Não se brinca impunemente com o povo que, mercê de Deus, ainda tem bastante brio para preferir o combate à subserviência, a luta à desonra"

A Justiça começava a ser bombardeada com pedidos de habeas corpus, feitos por cidadãos que tentavam impedir a aplicação da lei com base no artigo 72, parágrafo 22, da Constituição da República. Os juízes lavavam as mãos na bacia de uma technicality: não cabia o recurso porque a regulamentação ainda não havia sido providenciada pelas autoridades competentes.

O ministro do Interior e Justiça convocou Osvaldo Cruz e outros membros do governo para uma reunião na qual seria debatida a redação final do regulamento da Lei da Vacinação Obrigatória. Em respos-



ta, a Liga organizada pela Maçonaria convidou a população para uma grande concentração em frente ao Ministério, tendo o cuidado os organizadores de anunciar que "não haverá oradores nem se tem em mira subverter a ordem pública".

Os próprios políticos governistas já estavam procurando "saídas honrosas", chamando a atenção do ministro Joaquim Seabra para a gravidade da situação. Rui Barbosa, em discurso no Senado, aconselha uma aplicação de panos mornos: "No seio do governo, a ele sinceramente

associado, mas abalado pela violência desses contrastes, se estimaria que o jovem reformador atenue os seus métodos e modere o seu zelo".

Mesmo Rodrigues Alves — a grande consciência pública, jamais lembrada, dessa feroz batalha contra o atraso e os interesses excusos — tentou fazer com que Osvaldo Cruz agisse com mais moderação. Mas o sanitarista reagiu intempestivamente:

- Então, V. Exa. assine a minha demissão.

O presidente da República, um homem medíocre para os padrões retóricos da época — mas o estadista com a fibra e o discernimento para aquela hora grave — ainda procurou explicar:

Dr. Osvaldo, eu sou um político. Minha missão é a de governar o País com um mínimo de atritos. Mas, se o senhor acha que não é possível fazer as coisas de maneira menos conflitante, a sua demissão só será lavrada depois de me tirarem

daqui.

Mais tarde, uma delegação da Associação Comercial do Rio de Janeiro é recebida em audiência pelo chefe da nação, ao qual informa que as medidas de Osvaldo Cruz estavam fazendo com que os negócios caíssem e que, a continuar o plano sanitário, não demoraria muito o momento de a economia privada entrar em colapso. Rodrigues Alves deu uma resposta seca:

 Não tenho meios de fazer com que os senhores sejam patriotas.
 Mas tenho poder para obrigá-los ao cumprimento da lei.

A reunião presidida por Seabra não aprovou o projeto de regulamentação da Lei da Vacinação Obrigatória apresentado por Osvaldo Cruz. Resolveu-se que uma comissão, integrada por quatro membros, se encarregaria da elaboração do instrumento legal. A decisão foi cômoda, de acordo com a regra segundo a qual — em certos casos — o melhor a fazer é adiar o dilúvio.

Mas o dilúvio não foi adiado. A multidão que a Maçonaria ajuntou no Largo do Rócio para um protesto silencioso explodiu em manifestações. A cavalaria entra em cena, dando carga para dispersar os manifestantes. Cai sobre os soldados uma chuva de pedras e paus. A batalha durou mais de duas horas, com o espoucar das armas de fogo se misturando aos gritos do povo vivando a liberdade. No fim, mortos, feridos e bondes queimados.

O movimento popular se alastra, ganha outras ruas. O que deveria ser uma simples ameaça de desobediência civil — até mesmo "sem oradores" — evolui para uma tentativa de golpe de Estado. O centro da sedição era a Escola Militar, na Praia Vermelha, sob o comando do general Travassos. Mas esse núcleo de revoltosos, com um pequeno número de homens e pouco armamento, não poderia alcançar a vitória senão por via de uma adesão dos outros corpos de tropa. Além disso, os cadetes estavam longe de terem sido motivados.

Sobre esse episódio, o venerando general Pantaleão Pessoa — então aluno da Escola Militar — diz o seguinte no seu livro Reminiscên-



cias e Imposições de uma Vida: "Era mais do que um erro, era um crime apelar para estudantes, envolvê-los, levá-los a decisões desesperadas, quando não estavam em condições de optar. Até parece impossível que homens, de alto gabarito intelectual e moral, não se sentissem no dever de preservar a mocidade, resguardá-la de atos que a história deveria qualificar como ridículos, afastá-la da politicagem e reservá-la para as grandes e heróicas iniciativas! Tudo se fez em sentido contrário".

Já nas primeiras escaramuças, o general Travassos e o senador Lauro Sodré — cabeças do levante — são gravemente feridos. Os cadetes voltaram à escola à espera da punição. A rebelião militar foi rapidamente dominada e o povo deixara de lutar nas ruas contra a cavalaria. As prisões se entupiram, os hospitais se encheram de feridos e o necrotério recebeu mais cadáveres do que de costume.

Por ignorância do povo, má-fé dos que tinham meios para açulá-lo, cinismo dos que se diziam seus representantes no Congresso, atraso dos que — por posição filosófica — não acreditavam em micróbios, quase foi posto fogo no Rio de Janeiro para impedir que Osvaldo Cruz livrasse a cidade das suas pestes. Mas ele a livrou, para Rui Barbosa poder dizer:

"Não era médico (clínico) e criou a nova medicina; também cirurgião não era e revolécionou a cirurgia. Também se ocup u jamais com a obstetrícia e minares de famílias lhe devem a salvação de milhares de mães. Veterinário não foi igualmente e dele cebeu a veterinária suas melhores conquistas. Nunca exerceu nem estudou a lavoura e as idéias que semeou abriram os mais fecundos sulcos na agricultura moderna."

Realizou toda a sua grande obra como moço. E moço morreu, aos quarenta e quatro anos de idade. Na história da nação — velha de séculos — a sua curta vida teve a duração de um relâmpago. Mas a lição que deixou nos ilumina até hoje, cem anos depois de haver nascido.

JAS-CRUAS-NUAS-CRUAS-NUAS-CRUA

Medalhinhas

Presidido pelo sr. Delfim Neto, realizouse em Londres um seminário sobre a política econômico-financeira do Brasil. De acordo com o Informe JB, o time que mandamos à capital britânica — constituído de elementos da "nova geração" de economistas - pôs no chinelo os céticos e fibrosos pontifices da City. E tudo sob o olhar "quase divertido" do ministro da Fazenda.

Entre os jovens gênios que fizeram cair oqueixo dos ingleses; encontrava-se o professor Carlos Geraldo Langoni. Mas, a menos que a culpa caiba ao redator de outra nota publicada, depois, na mesma coluna do mesmo jornal - o elogiado economista ainda tem muita estrada a percorrer para que o reconheçamos como um luminar.

Não podemos exigir, certamente, que um técnico – só por ser de alto nível – cubra, numa pequena declaração, todos os aspectos de um problema complexo. Mas não lhe são permitidos erros elementares. E o sr. Langoni os cometeu, já de saída, quando afirmou – à maneira taxativa do sr. Delfim Neto – que não têm razão "os que criticam o Censo de 1970 como indicador do controvertido tema da distribuição de renda".

Num tão curto pronunciamento, saltam aos olhos duas grandes impropriedades, pois Recenseamento não é indicador nem distribuição de renda é tema, muito menos controvertido. Além do mais, em Estatística sabe-o qualquer pessoa não muito crua na matéria — "criticar" é corrigir as disparidades que se evidenciam quando as informações se cruzam: falhas de apuradores, das quais nenhum levantamento direto está isento, ainda quando realizado de acordo com os mais avançados métodos.

Ninguém, portanto, criticou o Censo de 1970, quando - com base nos seus dados - se chegou à conclusão de que, em dez anos, adquiriu maior ímpeto o processo de concentração da riqueza. Houve, sem dúvida, uma tentativa de desmoralização da operação, mas da parte daqueles cujos palpites ufanistas não foram confirmados. Dessa forma, empurrar a questão para o campo da controvérsia – quando o caso é para análise e interpretação - ou dar o caráter de indicador a uma investigação direta é

simplesmente "apelar para a ignorância". Afirma ainda o sr. Carlos Geraldo Langoni que, em todo esse "controvertido tema" da distribuição de renda, só existe um fato real (que não é fato, aliás, mas regra): o de os únicos dados para se fazer uma comparação, "ao longo do tempo", serem os fornecidos pelos Censos de 1960 e 1970. Além de confundir elementos com método, assume ares de quem descobriu a pólvora e procura reforçar o próprio mérito com um after thought do Conselheiro Acácio: "esses dados são comparáveis até nas suas limitações e seus erros".

Ou o sr. Langoni não é o genial economista de cujo build up se encarregou o Informe JB, ou está urgentemente necessi-

Ufanismo

Cortados pelo figurino do Conde de Afon-

so Celso, os futurólogos do Brasil Grande

estão fazendo as previsões mais ousadas.

Depois de haverem escrito Por que me Ufano

do PNB, e de afirmarem que - comparados com o nosso - os milagres alemão e japonês

são de santos de terceira classe, asseguram

que estamos com o pé no batente do clube

dos dez mais ricos países do mundo. Segun-

do o sr. Vilar de Queiroz, em 1975 - daqui a

dois anos, portanto - seremos recebidos no

internacional do ministro da Fazenda para

fazer a sua profecia? O nosso sistema univer-

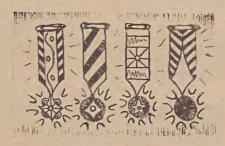
sitário tem sido, apenas, uma fábrica de diplomas. Não temos cursos para a formação

de técnicos de grau médio. A nossa estrutura

salarial é a mesma dos tempos da economia

agrária. De acordo com o plano de expansão

Em que elementos se apoiou o assessor



tado de um ghost writer. Acreditamos, porém, que não há "escritor fantasma" capaz de impingir como novidade regras estatísticas que já eram sediças nos tempos dos aritméticos políticos. Não há malabarismo intelectual que consiga transformar em "contribuição original" uma máxima que o próprio Marquês de Maricá teria escrúpulos literários de incluir no seu caderno de lugares-comuns: "o importante é acompanhar o problema ao longo do tempo, a fim de que se tenha condições de proceder a um estudo comparativo das diferentes situações".

Ao que parece, o sr. Langoni pensa que só ele sabe não ser possível fazer comparações, sem que - pelo menos - duas séries, dois momentos, dois casos sejam postos lado a lado. Deve ser mal de "jovens economistas ortodoxos" — como, dessa vez em editorial, o classificou o Jornal do Brasil. Afirma o importante diário, nessa peça, que recente estudo do encomiado professor "enriqueceu a controvérsia" (da distribuição de renda) ao introduzir, no exame do problema, a variável "que mede indireta-mente a influência da distribuição da remuneração do capital físico pela forte associação que existe entre a categoria empregador e o acesso à propriedade".

Damos um doce a quem descobrir o que o sr. Carlos Geraldo Langoni quis dizer nesse verborrágico economês. Além disso, não há estudante secundário de matemática que deixe de rir se lhe disserem - ao ser colocado um problema de função - que as variáveis medem alguma coisa, direta ou indiretamente.

Em vez de mostrar tanta pressa em afirmar que os economistas brasileiros da nova geração são os mais inteligentes e sábios do mundo, o Informe JB prestaria melhor serviço aos seus leitores se desse um pouco de tempo ao tempo, até que os rapazes amadurecessem. Estimular a criação de medalhinhas, quando já são tantos os medalhões, é alimentar o carreirismo e, portanto, impedir o aproveitamento dos verdadeiros capazes que - justamente por isso - são pouco afoitos na luta pelas posições.

Dizia Aristóteles, com quem o sr. Langoni ainda não pode ser comparado, que a sabedoria é uma espécie de suplício de Tântalo: quanto mais se alarga o horizonte do co-nhecimento, mais se dilata a área do que falta conhecer. Um pouco dessa modéstia ajudaria muito na cristalização dos nossos jovens gênios. Evitaria, pelo menos, que se apresentassem como se ninguém - antes deles – tivesse quebrado a cabeça com o Quinto Postulado, aliás já descartado pelas geometrias não-euclidianas.

siderúrgica, produziremos - no fim da década — tanto aço quanto o que, atualmente, sai dos altos fornos da Índia: uma percentagem

mínima do output mundial. Alugamos tecnologia e, todo santo dia, surgem projetos multinacionais baseados em importação de know-how. A indústria nacional - com 40% de capacidade ociosa - tem de exportar à base de emissões e subsídios que duplicam o

preço do dólar obtido com os embarques de manufaturados.

Como, ainda assim, o sr. Vilar de Queiroz pôde dizer que - dentro de 24 meses - estaremos nos ombreando com nações cujo Produto Interno Bruto é, no mínimo, dez vezes maior do que o nosso? Só mesmo um milagre – e, dessa vez, feito por Deus diretamente - fará com que tiremos a diferença em tão curto prazo. Agora, se o assessor do sr. Delfim Neto apenas extrapolou a curva da concentração da riqueza - confundindo a prosperidade do Establishment com a de nesse campo, não vale um caracol - como todo o País - não está muito longe de acer- não valem os sonetos de Machado de Assis

tar. Se o nosso sistema semicapitalista sobreviver até lá - se a sociedade puder manter a sua estrutura de desigualdades - acreditamos que, em 1975, não haverá no mundo indivíduos ou grupos mais endinheirados do que os do Brasil.

Tecnocracia e **Política**

Se for encomendado a um tecnocrata um plano para o desenvolvimento da produção avícola, é certo que apresentará um relatório partindo da pesquisa sobre a célula ciliada do tecido epitelial do ânus da galinha. Vendo tudo por um ângulo só, toma decisões de ordem geral baseado em análises de segmentos. E o Ministério do Planejamento, também de Coordenação, não tem poderes para reger a orquestra. Só os teve quando o ocupou o sr. Roberto Campos e porque, então, Herodes comandava o espetáculo.

Para Nestor Jost, o mal de Mário Henrique Simonsen – que garante resolver todos os problemas do País com a simples extração de uma raiz quadrada - é o de não possuir a mesma amplitude de visão do senador Eurico Rezende. No entanto, do que os nossos tecnocratas carecem mesmo é de sabedoria que só se adquire "vivendo" os desafios. No geral, os nossos especialistas são livrescos e o próprio sr. Delfim Neto declarou - em entrevista a um jornal chileno - que todas as suas milagrosas fórmulas estão nos compêndios. Desgraçadamente, porém, os tratados não explicam como variam as leis de acordo com o processo de cada desenvolvimento nacional.

Só o economista político – que não tem com o sr. Geraldo Freire o mais longínquo parentesco que Nestor Jost gostaria que tivesse - está equipado, histórica, sociológica e geograficamente, para ver os fenômenos econômicos em todas as suas dimensões. Só ele, que é um cientista social, poderá armar as equações "panorâmicas" da integração de um espaço continental, como o do Brasil.

Com todas as suas fumaças analíticas, o tecnocrata não passa de um aritmético. Soma, em vez de colocar os problemas, estategicamente, nos termos de uma funçãomatemática. Pelo seu próprio tipo de formação, é incapaz de sair em busca da "unida-de funcional" do desenvolvimento brasileiro. O resultado é que, não se correlacionando as soluções, não se harmoniza o crescimento do País. E é muito duvidoso que venha a dar resposta global a um desafio global se como gostaria o presidente do Banco do Brasil - o sr. Delfim Neto passasse a tomar lições com o sr. Tancredo Neves.

Desinformação

Ao comentar a fala de fim de ano do Presidente Medici, o semanário Opinião reporta-se aos versos que o chefe da nação citou, alegoricamente, no seu primeiro discurso como hóspede do Palácio da Alvorada. E dá uma mancada inconcebível para um jornal do seu nível, ao dizer que Augusto Meyer – autor dos referidos versos – é um "poeta desconhecido".

Augusto Meyer, que morreu há poucos anos e não há um século, foi o maior ensaísta literário do nosso tempo. Não se compreende que o editorialista de uma folha de bom gabarito intelectual não saiba disso e sem a menor cerimônia - com a suficiência que só os ignorantes têm - declare que uma grande figura da literatura brasileira é um versejador de quem ninguém ouviu falar.

A poesia é uma doença infantil de todos os literatos brasileiros. Augusto Meyer não escapou a esse sarampo. O que produziu,

10

restritíssimo círculo.

20

25

26

CEDEM 16

- no conjunto da sua obra de ensaísta. Opinião poderia referir-se aos "versos desconhecidos" do grande escritor gaúcho poderia até acrescentar que não são bons jamais, porém, deveria dizer que o seu autor é um poeta sem projeção.

Pode-se, também, dizer de Einstein - de acordo com os critérios de julgamento de **Opinião** — que foi um "violinista desconhe-

Benvindo seja

O Jornal do Brasil tem sido a folha mais empenhada em louvaminhas à política econômico-financeira do sr. Delfim Neto. A veneranda folha da senhora condessa tem ido mesmo ao ponto de publicar editoriais que, pelo estilo e pelo jargão, logo se via que haviam sido plantados pelo departamento de press-releases do Ministério da Fazenda.

Naturalmente, não estamos negando ao velho jornal o direito de apresentar como sua a opinião dos outros, além de que o seu pensamento pode muito bem coincidir com o do titular das finanças. Só é de estranhar que, tendo uma grande e competente redação, não construa o seu próprio raciocínio e não o exponha na forma a que já acostumou os seus leitores.

Mas não é por desapontamento de professores de ética ou de estilística que estamos nos ocupando do tradicional órgão da imprensa brasileira, mas para dizer-lhe que seja benvindo às nossas hostes. Num dos tijolos com que constrói, diafiamente, o seu muro editorial acha o Jornal do Brasil que "talvez já está chegando a hora de serem examinados, em conjunto, os problemas relativos aos mercados interno e externo . . . para introduzir-lhe eventuais correções de acerto". Tratando-se de quem se trata, essa é uma guinada de 180 graus.

Mas o novo ponto-de-vista da conspícua folha não é defendido com vigor nem com prejuízo de posições "mais profundas". No artigo-de-fundo em questão não chega a rasgar a fantasia. Sopra muito, depois de uma pequena mordida, e o seu raciocínio sobre o crescimento industrial de 12% ao ano é armado de maneira a que ninguém duvide de que o jornal se orgulha com o fato de a exportação de manufaturas demonstrar que já não somos um País essencialmente agrícola. Ao mesmo tempo, faz uma pose argumentativa para disfarçar sua solidariedade à política de forçar a poupança, comprimindo o desenvolvimento do mercado interno através de uma rígida dosagem dos aumentos sala-

De qualquer forma, já é confortador que o Jornal do Brasil tenha tímidas dúvidas.

Decadência



Mesmo devendo às boutiques os cabelos da cabeça — inclusive, naturalmente, os das perucas - nenhuma boneca vai a duas reuniões com o mesmo traje ou o repete na "estação social" do ano seguinte. Ao que parece, porém, o Café Society já não está podendo manter o velho padrão de ostentação pecuniária. Segundo uma notícia de O

Globo, do Rio, a senhora Glorinha Paranaguá - uma das grandes estrelas da crônica mundana - teve de vender os vestidos e berloques que havia trazido da Europa, a fim de para lá poder voltar. (O marido tem um posto diplomático ou semidiplomático na Austria).

É muito natural que encurte o dinheiro de quem viaja, mesmo se tratando de ilustre e badalada dama. O estranho é que se torne pública uma "fraqueza" dessas, infringindo regras cujo principal objetivo é o de salvar as aparências. Ou se trata de uma mudança de mentalidade e, então, o showoff já não é o ponto-de-honra no festim de Baltazar, ou o cronista caiu na tentação de fazer uma perversidade.

De outra parte, é de louvar a coragem da senhora Helena Gondim, a qual - segundo a notícia - foi a maior compradora da parafernália. Mostrou, pelo menos, que não se importa de ser incluída na lista das dez mais elegantes de segunda-mão.

Insensibilidade do Estadão

Num dos seus editoriais, O Estado de São Paulo comenta a reescalada da crueldade no Vietnã do Norte, classificando-a como uma tentativa de Nixon "para corrigir o seu erro". De acordo com a argumentação do velho órgão bandeirante, agora é que o hóspede da Casa Branca estaria agindo certo. E lamenta que o reincarnado Hitler tenha tido, por momentos, a ilusão de que poderia abrir mão das bombas para "pacificar" o sudeste

Hoje, todo mundo sabe que não passavam de uma cortina de fumaça as transas de Henry Kissinger, também conhecido como Metternich-le-Petit. Se houve erro não foi de Nixon - pois em nenhum idioma trapaça internacional é sinônimo de besteira política. Quem entrou numa fria foi o povo dos Estados Unidos, que votou nas últimas eleições presidenciais, pensando que era verdadeira uma falsa promessa de paz.

Compreendemos o zelo ideológico de O Estado de São Paulo. O que admira é ver a veneranda folha fazer tábua rasa dos mais elementares sentimentos de humanidade, ao afirmar que Nixon cometeu erro quando interrompeu - por frio oportunismo eleitoreiro – o massacre de um pequeno povo.

O Estadão, dessa vez, levou longe demais a sua crença na origem divina do poder econômico dos Estados Unidos, numa demonstração de insensibilidade que a tradição brasileira não autoriza e que contraria, inclusive, muitas das grandes atitudes que o velho jornal tem assumido ao longo da turbulenta história da nossa República.

A tristeza do JB

Imprevistamente, o americanista Jornal do Brasil entrou no coro de críticas ao presidente Nixon pela reescalada no Vietnã. Academicamente, embora, deu umas alfinetadas no hóspede da Casa Branca. Mas, no fim do editorial, apareceu o rabo do gato escondido. E se viu que não foi por ter a condessa se comovido diante da brutalidade dos bombardeios que o tradicional diário saiu um pouco da sua linha de submissão ao poder econômico dos Estados Unidos. As populações civis da antiga Indochina podiam ser massacradas, os diques destruídos, as plantações arrasadas, as florestas desfolhadas, que o velho órgão não ia gastar palavras de emoção.

Nixon, para a condessa, se tornou um homem mau apenas porque - com o reinício dos bombardeios de hospitais, escolas e embaixadas - matou as esperanças de as mães, as esposas, os filhos e as noivas dos prisioneiros norte-americanos abraçarem os seus entes queridos no dia de Natal.

Melodrama



Comovente, de cortar o coração de um frade de pedra, é a seguinte história, conta-da por Carlos Swan na sua prestimosa colu-

"Quando mais intenso era o movimento na "Mariazinha Presentes", a atenção de vendedores e compradoras foi despertada para um cãozinho poodle, que latia deses-peradamente, do lado de fora, como a pedir que lhe abrissem a porta. Feita a vontade, Kiko correu alegremente para o colo da sua dona, uma das proprietárias da loja, a quem contaram toda a história. O pequeno animal, aproveitando-se do descuido de alguém, saíra à rua e entrara num táxi cujo passageiro, porta aberta, pagava a corrida. O táxi saiu, então, com Kiko refestelado no banco traseiro e só algum tempo depois o motorista deu pela coisa. Homem de bom coração, voltou ao local onde presumia ter entrado o clandestino e soltou-o novamente, para emoção de todos os que assistiram à cena e, principalmente, da sua proprietária, que o recebeu com lágrimas de felicidade nos olhos.'

A vaca fria

Cicinato Braga era um "essencialista" agrícola, um economista colonial que só sabia pensar em termos de exportação de produtos primários. Em seguida à Revolucão de 30, armou-se uma vasta discussão sobre os problemas do País e a tônica era dada pela necessidade de nos industrializarmos, criar fontes de energia, abrir estradas, ocupar o vastíssimo interior. O atraso em que vivíamos ganhou uma nova etiqueta: Civilização da Lenha.

Só Cicinato Braga não se deixou contaminar pelo entusiasmo progressista. Num pequeno livro que publicou então - impropriamente intitulado de Brasil Novo - batia-se por uma programação intensa de aberturas de estradas...de gado. Era a sua solução, numa etapa inferior da economia, a mesma hoje indicada pelos que querem cobrir o território com "corredores de ex-

portação"

Apesar de até o Jornal do Brasil achar que é uma temeridade colocar o desenvolvimento do País na dependência do mercado externo, parece que — após quarenta anos de esquecimento — Cicmato Braga está tendo voz nos planos de construção de um novo Brasil. Voltamos à sua vaca fria.

Santo Guerreiro

Gustavo Corção anda cheio de uma santa fúria. Católico sectário, não existem grandes almas fora do ultramontanismo. Martin Luther King, por ser protestante, não merece - no juízo do esclerosado escritor - a admiração que o mundo lhe votou e o lugar em que a história o colocou. No seu desprezo pelo mártir pastor negro, chega a dar a entender que o seu assassinato foi uma limpeza. Ghandi também, por não ter pertencido à Igreja de Roma, foi - para o fanático escriba da segunda página de O Globo – um demônio e não um santo. Ainda não pediu, com o seu ardor de Torquemada senil, que sejam armadas fogueiras aos milhões - para queimar os hereges. Mas já está pensando nas suas noites de São Bartolomeu. Em recente artigo, lançou o seu grito de guerra: multipliquem-se as fábricas de ataúdes.



SÃO PAULO:

Há um século, a cidade de São Paulo tinha 31.385 habitantes. Pela ordem de grandeza populacional, era então — segundo o Recenseamento de 1872 — a décima metrópole estadual do País, atrás mesmo de São Luís do Maranhão e Cuiabá. Em 1890, só o Rio, Salvador e o Recife se encontravam à sua frente.

E, em 1900, apenas a Capital Federal a superava. Nesse segundo lugar se manteve até 1954, quando — ao comemorar o quarto centenário da sua fundação — se torna o maior centro urbano do Brasil.

população da capital paulista é, hoje, duzentas vezes maior do que há cem anos. Mas foi a partir de 1920 - ao deflagrar-se o processo da industrialização do Brasil - que a cidade passou a ser tida como a que mais cresce no mundo. Em média, no último meio século, o seu crescimento foi de 1.300.000 habitantes por decênio. Aumentando o seu efetivo demográfico, durante o período, a uma taxa anual - também média - de 18,62%, a metrópole bandeirante duplicou de tamanho a cada quinquênio. A progressão da série nos é dada pelo seguinte

ANOS	POPULAÇÃO	INDICES
1920	579.033	100
1930	8 87.81 0	153
1940	1.326.261	229
1950	2.198.096	362
1960	3.825.351	660
1970	5.978.977	1031

Em vinte anos, a população de São Paulo quase triplicou. Na verdade, levando-se em conta o fato de a expansão paulistana haver apagado os limites com os municípios vizinhos — estabelecendo uma continuidade urbana por cima da descontinuidade político-aministrativa — pode-se afirmar que, entre 1950 e 1970, quadruplicou o número de habitantes da capital bandeirante.

BRÁS, BEXIGA E BARRA FUNDA

Naturalmente, o crescimento da capital paulista não se fez vegetativamente. Também não se realizou organicamente, do centro para a periferia. Esta é que se expandiu como um acampamento proletário: um fenômeno que Alcântara Machado surpreendeu quando — há quarenta anos — nos deu uma notí-

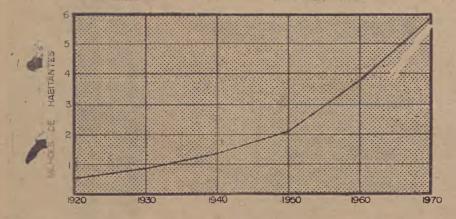
cia literária dos três bairros populares de onde partiu a arrancada urbana de São Paulo.

Até então, a cidade — com pouco mais de 500.000 habitantes — não passava de uma espécie de casa-darua da quatrocentona plutocracia fazendeira. Sob a pressão do crescimento marginal, as próprias mansões de Higienópolis — que ainda tentaram deslocar-se para o espigão da Avenida Paulista — acabaram desaparecendo na voragem de um novo negócio, mais lucrativo e menos penoso do que plantar e colher café: o da especulação imobiliária.

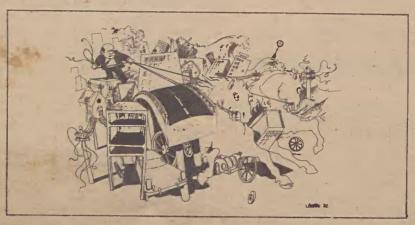
Quando chegou ao último limite a valorização "horizontal" do centro urbano, passou-se a vender também o espaço por cima dos terrenos. Verticalizou-se a ganância imobiliária. Surgiu assim, como uma fortaleza do poder econômico dominando o "cerco" montado no Brás, no Bexiga e na Barra Funda um acampamento de arranha-céus. Como os especuladores eram os mesmos que, de longa data, detinham a força política, as leis e posturas - fabricadas ao arrepio do interesse social e de olhos totalmente fechados aos mais elementares problemas de segurança — os deixaram à solta para tirarem o máximo dos seus negócios. (Como ficou demonstrado no incêndio do Edifício Andraus, as alterosas construções são verdadeiras ratoeiras para os seus ocupantes).

OFENSIVA DESORDENADA

São Paulo cresceu assustadoramente para cima, com a densidade populacional aumentando a cada hora, sem ninguém praticamente se preocupar em ampliar para dez habitantes os serviços até então prestados a um. Ao mesmo tempo, os "loteamentos" foram empurrando a periferia para os confins do



Acampamento de arranha-céus



município. Alongaram-se as linhas de transporte sem que, correspondentemente, se modernizasse a rede de circulação ou aumentasse a funcionalidade dos meios de movimentação das pessoas e das coisas.

Na retaguarda da desordenada ofensiva, formaram-se perigosos bolsões. Dois terços da população não dispõem de serviço de abastecimento d'água e de esgotos. Isso quer dizer que quatro milhões depessoas vivem em verdadeira promiscuidade urbana nas mais precárias condições de higiene pública. Os automóveis se movimentam, em média, à razão de vinte metros por minuto. E os trabalhadores gastam de três a quatro horas, por dia, para chegarem ao emprego e voltarem à casa.

Chorando pelo leite derramado, Seminários, Congressos, Semanas de Estudo, Grupos de Pesquisa e de Trabalho chegaram à conclusão de que São Paulo deu passos muito maiores do que permitia o comprimento das pernas. E estas têm de ser esticadas com urgência, pois o problema do trânsito na capital bandeirante é - na opinião dos técnicos - o mais desafiante de todos os que foram criados pelo anárquico babilonismo. E não há possibilidade - com os atuais instrumentos de que dispõe o poder público- de evitar o caos nas ruas onde são lançados, cada dia, 400 novos automóveis.

A solução é a "massificação" dos transportes na superfície, pois o metrô não pode, sozinho, dar conta do recado. O vilão do drama é o automóvel particular que, em média, movimenta apenas 1,3 passageiros — e deve, por isso, ser gradativamente retirado da circulação no perímetro urbano. Aí, porém, outros "progressos" serão afetados, principalmente o da indústria de veículos automotores, motivada quase inteiramente pela demanda do individualista carro de passeio.

PROBLEMA NACIONAL

O problema, agora, já não é apenas paulistano. Afirma o prefeito Figueiredo Ferraz que ele adquiriu uma dimensão nacional. Com essa colocação do desafio parece concordar o Governo Federal, pois lançou o Programa Especial de Vias Expressas, com o objetivo de descon-

gestionar o trânsito nas grandes áreas metropolitanas do País; o "ponto negro" — segundo o ministro Mário Andreazza — do sistema brasileiro de viação.

A Grande São Paulo, com umapopulação ao redor de cito milhões e cuja irradiação já atinge pontos a mais de cem quilômetros da Praça do Patriarca, não é mais uma cidade. É uma função que o poder público da Capital não tem capacidade política para resolver, de vez que muitas variáveis se localizam nos municípios vizinhos. Se, por isso, a metrópole bandeirante tem de parar - como adverte o prefeito Figueiredo Ferraz - é um caso ainda para estudo. Uma coisa, porém, é certa: já está parando de funcionar. (Nas ruas da Paulicéia de Mário de Andrade - hoje mais desvairada do que nunca - os cabriolés, puxados a cavalos, desenvolviam uma velocidade muito maior do que os modernos automóveis com as suas possantes máquinas).

Foi a eletricidade barata e em profusão que amontoou fábricas na área metropolitana paulista e provocou o crescimento proletário da cidade. Se cessar a causa - como explicaria o Conselheiro Acácio - cessará o efeito. Assim, a interiorização das fontes de energia - fazendo com que as indústrias se dispersem por todo o Estado - poderá, no médio e longo prazos, desafogar São Paulo. O mais certo, no entanto, é que a elevação do nível das atividades econômicas na retaguarda - que se estende até Mato Gros-. so - tornará mais vigoroso o agigantamento da capital bandeirante: uma das mais fortes candidatas mundiais a megalópole.

Nesses termos é que se tem de planejar o desenvolvimento de São Paulo. A onda que partiu do Brás, do Bexiga e da Barra Funda está alcançando Campinas e já se espraia — como num retorno à paisagem histórica — pelo vale do Paraíba. Amanhã, subirá a serra das Bandeiras e incorporará o litoral, de Cananéia a São Sebastião. Só uma força deterá essa maré montante: a da explosão das bombas de efeito retardado que a expansão urbana à la diable espalhou por todos os cantos.

O importante mesmo, nesta hora, é começar a desarmar as espoletas.

ORNAL DE DEBATES

6

DIRETORES Linteira Tejo Nélson Brito SUPERINTENDENTES Genilson Gonzaga (GB) Milton S. Passos (SP)

10

EDITORES Vinícius Seixas (RIO) Adalberto Paranhos (SP) Euro Arantes (MG) SECRETÁRIO Antônio Araújo ARTE Guima Aimojara Xavier ILUSTRAÇÕES Elber Duarte RAGNAR

dação e Administração: Rua Senador Dantas, 117, conj. 2124, tel. 232-9908 (rede interna), Rio-GB São Paulo: Av. São João, 239, grupos 1 e 2, 70. andar, tel. 6-2196 Belo Horizonte: Rua Desembargador Drumond, 111, tel. 26-0669 Correspondentes em Bonn, Roma, Paris e Nova York Composto e impresso eletronicamente) na Gráfica Editora Jornal do Comércio, o Jornal de Debates — propriedade da Editora Tejo Ltda: — é distribuído para todo o Brasil pela Abril S/A. Cultural Industrial. Rua Emílio Goeldi, 537, Lapa. SP.